



O PERFIL DOS EMPREENDEDORES E DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM BELO HORIZONTE

Trabalho desenvolvido em parceria com os gestores do Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte (MG), no âmbito da disciplina Laboratório de Formulação e Avaliação de Projetos, ministrada no Curso de Gestão Pública, no segundo semestre de 2019.

Belo Horizonte

2019



Equipe Técnica:

Arthur Augusto Lopes da Silva

Diana Karina Trujillo Ortiz

Homero Costa Gondim

Luana Gontijo Sant'Anna Vaz de Melo Dorneles

Luiza Lima de Sá

Thiago Morais Moreira

Orientação

Profa. Geralda Luiza de Miranda (Departamento de Ciência Política – FAFICH)

Belo Horizonte

2019

RESUMO

O trabalho, desenvolvido em parceria com a Diretoria de Economia Solidária, que compõe parte da Subsecretaria de Trabalho e Emprego, integrante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, mais especificamente, o Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte (CEPES), objetiva o desvelamento do perfil dos empreendedores e dos empreendimentos de Economia Solidária no Município. Para isso, foram realizadas atividades de diversos tipos, englobando o levantamento das matrizes teóricas de sustentação e desenvolvimento das políticas públicas de Economia Solidária, de tal modo que pudéssemos verificar se os achados caminhassem para esse sentido, a análise de dados cadastrais dos empreendedores e a proposição de um novo modelo de cadastro dos empreendedores. O trabalho possui três eixos principais, identificados em: (a) Economia Solidária: aspectos teóricos e históricos gerais; (b) Economia Solidária e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; (c) Análise dos empreendimentos e empreendedores de Economia Solidária cadastrados na PBH; (d) Modelo de cadastro de empreendimentos e empreendedores de Economia Solidária.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária; Empreendimentos; Prefeitura de Belo Horizonte.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1	Distribuição dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por segmento	33
GRÁFICO 2	Idade dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES	35
GRÁFICO 3	Média de integrantes dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por segmento	36
GRÁFICO 4	Atividades coletivas realizadas pelos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo de atividade	37
GRÁFICO 5	Financiamento da produção dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por fonte dos recursos	38
GRÁFICO 6	Propriedade dos equipamentos utilizados pelos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo	39
GRÁFICO 7	Comercialização dos produtos dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo	40
GRÁFICO 8	Distribuição da renda produzida pelos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES	41
GRÁFICO 9	Principais necessidades dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo	42
GRÁFICO 10	Sexo declarado pelos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES	45
GRÁFICO 11	Faixa Etária dos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES	47
GRÁFICO 12	Densidade dos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por sexo e idade	47
GRÁFICO 13	Situação ocupacional declarada pelos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES	48
GRÁFICO 14	Grau de Escolaridade dos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES	50
GRÁFICO 15	Renda mensal declarada pelos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES	51
GRÁFICO 16	Palavras mais frequentes sobre motivação para formação dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES ..	52

QUADRO 1	Atividades coletivas realizadas pelos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo de atividade	37
QUADRO 2	Financiamento da produção dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por fonte dos recursos	38
QUADRO 3	Propriedade dos equipamentos utilizados pelos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo	39
QUADRO 4	Comercialização dos produtos dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo	40
QUADRO 5	Distribuição da renda produzida pelos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES	41
QUADRO 6	Principais necessidades dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo	32
FIGURA 1	Distribuição espacial dos integrantes dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES	42
FIGURA 2	Concentração geográfica dos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por regionais de Belo Horizonte	44
FIGURA 3	Eixo 1: Dados Gerais	59
FIGURA 4	Eixo 2: Gestão e Organização	60
FIGURA 5	Eixo 3: Comercialização	61
FIGURA 6	Eixo 4: Apoio	62
FIGURA 7	Eixo 1: Dados Gerais	63
FIGURA 8	Eixo 2: Empreendimento	64

LISTA DE TABELAS

1	Distribuição dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por segmento	33
2	Idade dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES	34
3	Média de integrantes dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por segmento	36
4	Sexo declarado pelos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES	45
5	Faixa Etária dos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES	46
6	Situação ocupacional declarada pelos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES	48
7	Grau de Escolaridade dos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES	49
8	Renda mensal declarada pelos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ABICRED	Associação Brasileira de Instituições de Micro
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas em Autogestão
CEPES	Centro Público de Economia Solidária
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
EPS	Economia Popular Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FMEPS	Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas
IMS	Instituto Marista de Solidariedade
IPACS	Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
LOA	Lei Orçamentária Anual
MTB	Ministério do Trabalho e Emprego
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PT	Partido dos Trabalhadores
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PDDI- RMBH	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte
PPA	Plano Plurianual
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
Rede ITCPs	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
SMDE	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

SENAES Sistema Nacional de Economia Solidária
SIES Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS GERAIS	14
2.1. O debate economia solidária a nível federal.....	15
2.2. O debate da Economia Solidária em Minas Gerais	20
2.3. O debate da Economia Solidária na Grande Belo Horizonte	22
3. ECONOMIA SOLIDÁRIA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	24
3.1. Instituições apoiadoras da Economia Solidária em Belo Horizonte	26
3.2. Composição técnica e atividades desenvolvidas pela CEPES	28
4. ANÁLISE DOS EMPREENDEDORES E DOS EMPREENDIMENTOS CADASTRADOS NO CEPES	30
4.1. Atividades de interlocução entre a equipe da UFMG e os gestores	30
4.2. Metodologia empregada para obtenção, tratamento e análise das informações cadastrais.....	31
4.3. O perfil dos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES	32
4.3.1. <i>Empreendimentos</i>	32
4.3.2. <i>Empreendedores</i>	43
4.3.3. <i>Síntese dos principais achados</i>	53
5. MODELOS DE CADASTRO DE EMPREENDIMENTOS E DE EMPREENDEDORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	54
5.1. Fichas cadastrais atualmente utilizadas.....	54
5.1.1. <i>Cadastro do empreendimento</i>	54
5.1.2. <i>Cadastro dos empreendedores</i>	56
5.1.3. <i>Considerações</i>	58
5.2. Modelo proposto.....	58

5.2.1.	<i>Proposta de cadastro dos empreendimentos</i>	59
5.2.2.	<i>Proposta de cadastro dos empreendedores</i>	62
5.2.3.	<i>Considerações</i>	64
6.	CONCLUSÃO.....	65
7.	REFERÊNCIAS	66
8.	ANEXOS	68
8.1.	Modelo de Cadastro Utilizado	68
8.2.	Modelo de Cadastro Utilizado	73

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal a análise do perfil dos empreendimentos e empreendedores envolvidos na política de Economia Solidária desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Além disso, a partir dos apontamentos observados ao se traçar o perfil, objetiva-se também a proposição de um novo cadastro dos entes mencionados. A proposta atende a uma demanda da Diretoria de Economia Solidária, que compõe parte da Subsecretaria de Trabalho e Emprego, integrante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e também do Centro Público de Economia Solidária (CEPES). Um dos principais problemas identificados pelos gestores, que os levaram ao encaminhamento desta pesquisa, é o desconhecimento do perfil dos empreendimentos e dos empreendedores da Economia Solidária belo-horizontinos, o que influencia negativamente a gestão da política e seus projetos e atividades. Uma das causas identificadas para esse problema é o sistema de cadastramento dos empreendimentos e empreendedores, que é realizado manualmente, sem o armazenamento e a consequente criação de um banco de dados em meio digital, dificultando a realização de análises do perfil do público-alvo da política, bem como o monitoramento dos empreendimentos quanto ao seu status de atividade.

Para a realização dos cadastramentos, tanto de empreendedores quanto de empreendimentos, a equipe orienta os empreendedores a preencherem, manualmente, cadastros físicos. Esses cadastros, na verdade, tratam-se de questionários mistos, de questões objetivas e subjetivas, que foram aprimorados pelas gestoras atuais. Fica à cargo dos empreendedores a redação das respostas. O primeiro apontamento refere-se a não uniformidade das respostas, isto é, elas podem não atender ao comando dado, o que também interfere na interpretação e na manipulação dos dados. Após os preenchimentos, os questionários são armazenados e seguem sendo utilizados pela equipe da Economia Solidária como fonte principal de identificação dos componentes dos grupos, ou empreendimentos, e de quais tarefas são realizadas por estes.

O CEPES oferece ainda oficinas de capacitação, denominadas como “treinamento”, nas quais se repassam as orientações acerca das normas para ingresso e manutenção dentro dos grupos da Economia Solidária de Belo Horizonte. É de caráter obrigatório a realização da qualificação por cada participante registrado. A principal vantagem oferecida aos

empreendedores é o licenciamento e a reserva de vagas nas feiras municipais. Para tanto, é preciso que o interessado faça parte de um grupo de, no mínimo, três produtores, dentro das linhas de: confecção, artesanato e alimentação, como roupas, bolsas, almofadas, bordados, tapetes e artigos de cama, mesa e banho; bijuterias e acessórios; peças de decoração, cosméticos – sabonetes de argila e óleos essenciais - e produtos de alimentação, bolos, pães, geleias, compotas, bombons e trufas.

Para que os grupos sejam considerados ativos, é preciso que ao menos um dos participantes frequente o Fórum Municipal de Economia Solidária e o Fórum Metropolitano de Economia Solidária. O controle da frequência é realizado por uma lista de assinaturas, realizada manualmente, que circula durante o credenciamento das atividades. Sendo identificados como ativos, os grupos são selecionados, via sorteio, para participarem das feiras. Esse processo reforça a fragilidade metodológica de gestão das feiras, dado que o cruzamento e o manejo dos dados são feitos de modo mais restrito, considerando a falta de suporte digital e de planilhamento dos dados.

Dadas essas condições da gestão da política, a principal proposta deste trabalho caminha no sentido da sistematização e na criação de um banco de dados a partir dos cadastros dos empreendimentos e dos empreendedores existentes no CEPES, em um recorte temporal de dois anos, entre 2018 e 2019, permitindo a exibição clara dos perfis identificados. Vale lembrar que esse recorte temporal foi motivado pelo extenso número de fichas a serem incluídas no banco de dados e pela disponibilidade de tempo para execução do trabalho. Ao mesmo tempo, propõe-se a revisão dos questionários e a apresentação de uma nova proposta capaz de otimizar a qualidade dos questionários até então empregados e superar os pontos identificados pelo grupo como frágeis.

Em vista do apresentado, o presente trabalho se divide em quatro seções, para além desta breve introdução, das considerações finais e das referências, identificadas, por ordem de exposição, em: (a) Economia Solidária: aspectos teóricos e históricos gerais; (b) Economia Solidária e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; (c) Análise dos empreendimentos e empreendedores de Economia Solidária cadastrados na PBH; (d) Modelo de cadastro de empreendimentos e empreendedores de Economia Solidária. Na primeira seção, a discussão dá-se em torno dos aspectos mais gerais de estruturação da Economia Solidária, trazendo à tona argumentos históricos que denotam a consolidação desse modo de operação. Na segunda seção, o debate volta-se para as observações registradas sobre os modos de atuação do

CEPES, incluindo as considerações iniciais do grupo sobre os questionários de cadastramento e traçando os paralelos cabíveis às demais experiências vivenciadas em outras instituições semelhantes.

A terceira seção, por sua vez, centra-se na apresentação da sistematização e do fomento do banco de dados, dado o recorte temporal apresentado, e na identificação dos perfis dos empreendimentos e dos empreendedores cadastrados na diretoria. Na quarta seção, apresentam-se a proposta do novo questionário e as estratégias argumentativas que permitiram a identificação dessa proposta como mais bem qualificada para o cadastramento dos empreendimentos e dos empreendedores, ressaltando-se as estratégias metodológicas utilizadas. Assim, resta para as considerações finais elencar os pontos mais relevantes do projeto, ressaltando qualidades e dificuldades e levantando estratégias possíveis de seguimento das atividades do CEPES a partir deste trabalho. Lembramos que esta atividade se mostra apenas como de caráter inicial, visto que a principal preocupação deste trabalho é a identificação do perfil dos empreendedores e dos empreendimentos. Ainda, ao final, nos Anexos, disponibilizamos os modelos de cadastros utilizados para consulta e elucidação dos pontos ressaltados. Sigamos as apresentações.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS GERAIS

A Economia Solidária, segundo França Filho (2006), compreende todo um conjunto de experiências que se apoiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais. Nesse sentido, a prática ultrapassa aquelas de ordem mercantil e monetária, designando efetivamente realidades micro e macrosociais até então subestimadas pelos economistas ortodoxos. É nessa seara que se é possível identificar princípios a compõem o exercício da economia. São eles, a partir de Gaiger (2002): autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social¹.

É possível pensar ainda, como apontado por Singer e Souza (2003), que a prática de Economia Solidária se dá em um processo contínuo dos trabalhadores em luta contra o capitalismo. Tendo em vista que para muitos economistas a Economia Solidária oferece suporte e impulso para a inserção da parte da população excluída dos sistemas político e econômico em vigência – estando estes enfraquecidos ou não, a depender da avaliação do teórico utilizado. Assim, parece razoável a presunção de que há algum tipo de conflito entre as práticas de Estado e da Sociedade Civil, que muitas vezes não acompanham uma à outra, dado que as últimas constantemente aparecem como forma de correção e insatisfação com os resultados das primeiras.

Ao mesmo tempo, justamente por se mostrar distinta dos paradigmas tradicionais de gestão e por envolver, até mesmo por sua proposição e defesa teórica, a Economia Solidária pressupõe um tratamento gerencial particular. Em primeiro lugar, como argumentado por Schmitt e Tygel (2009), é impossível reduzir os atores, as práticas e os processos organizativos a um único enquadramento. Isso ocorre porque a Economia solidária frequentemente está ligada à agroecologia e esta, por sua vez, se dá, necessariamente, pela reconexão da agricultura aos ecossistemas locais, na defesa de territórios e de formas

¹ Aragão (2010, p.74) aponta que, segundo documentos oficiais da SENAES/MTE, temos características de: (a) *Cooperação*: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária; (b) *Autogestão*: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc.

sustentáveis de vida que farão referência, obrigatoriamente, aos modos de atuação de grupos específicos situados temporal e espacialmente de tal modo que não seja possível a identificação e a aplicação de um único modo de tratamento.

Em segundo lugar, tratando-se de um ambiente fortemente amparado pelos princípios de autogestão, identificada como a negação da burocracia e de sua heterogestão, que separa artificialmente uma categoria de dirigentes de uma categoria de dirigidos, parece particularmente difícil a inserção de mecanismos usuais do aparelho burocrático do Estado no amparo dessas atividades. Finalmente, as formas de conformação advindas da Economia Solidária e suas lógicas singulares de tratamentos de atividades, utilização técnica, modos de interação e usos linguístico podem potencializar as dificuldades dos gestores que se dispõem a acompanhar tais interações.

Ainda, a organização federalista brasileira prevê maior autonomia aos entes federados, o que pode exponenciar as singularidades das políticas públicas de Economia Solidária entre os estados. Justamente por isso, esse estudo subdivide-se em três partes. A primeira está voltada para uma perspectiva federal, enquanto a segunda analisa o quadro de Minas Gerais. Na terceira parte, é possível a visualização das iniciativas na região metropolitana de Belo Horizonte em direção à Economia Solidária. Reservamos a última seção para a dedicação de observações exclusivas do caso municipal.

2.1. O debate economia solidária a nível federal

Como demonstrado por Singer (2002), a gênese da Economia Solidária no Brasil ressurgiu na década de 1980, de forma menos intensa, e vai se intensificando a partir da segunda metade de 1990, mobilizada por movimentos sociais que respondem ao desemprego em massa concomitantemente à abertura do mercado interno às importações. A Carta de Princípios da Economia Solidária, aprovada durante a III Plenária Nacional da Economia Solidária, realizada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) em junho de 2003, evidencia como a Economia Solidária foi utilizada como instrumento de combate à exclusão social, por se mostrar compatível à necessidade de incremento de renda e geração de trabalho, como uma proposta que resolveria problemas gerados e não devidamente tratados pelo Estado em um primeiro momento.

No Brasil, ainda há uma peculiaridade também compartilhada com os demais países latinoamericanos que é a de associação, impulso e amparo das atividades de Economia solidária por entidades e grupos da sociedade civil. Para além da expressividade dos grupos e dos movimentos sociais nessa perspectiva, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), é importante ressaltar ainda o papel das redes, tais como, a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs) e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Associações como a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG) e a Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED), que também mostram expressiva contribuição.

Não somente, a Igreja Católica também tem se mostrado forte aliada ao administrar a Cáritas Brasileira e o Instituto Marista de Solidariedade (IMS). Demais órgãos identificados pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), pelo Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE) e pela Agência De Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) também contribuem para o cenário nacional.

De todo modo, Aragão (2011) deixa claro que, no caso brasileiro, o agendamento e a inserção das pautas de Economia Solidária, durante a proposição das políticas públicas, são consolidados a partir de múltiplas correntes, baseando-se na matriz teórica elaborada por Kingdon (2003). Isso significa que agenda governamental é constituída por um conjunto de assuntos ou problemas no qual integrantes do governo ou pessoas ligadas a ele estão prestando atenção em determinado momento, a partir de janelas de oportunidades que incidem sobre três pontos principais: o fluxo de problemas, o fluxo político e o fluxo de soluções. É possível visualizarmos que as políticas de Economia Solidária se encaixam no ciclo de políticas públicas de Kingdon à medida que as propostas de elaboração dessas políticas envolvem as dimensões trabalhadas, principalmente no sentido gerado pelos processos de decisão que levaram a Economia Solidária para a agenda de governo a partir de 2003, dada sobre uma convergência dos fluxos pelos empreendedores das políticas públicas.

O diagnóstico oferecido aqui dialoga bastante com a perspectiva gramsciana, no sentido de identificar que as esferas política e social não estão desassociadas, mas ao contrário, são atravessadas pelo princípio da totalidade. Isso significa que as especificidades e as consequentes determinações evidenciadas nas relações advindas da estrutura e da

superestrutura são apreendidas de maneira dialética e envolvendo a produção material e a reprodução da vida humana, de tal forma que a política ultrapasse sua configuração posta como de reflexo econômico.

No ponto de vista da Economia Solidária, e ainda a partir da lente gramsciana, sabendo que a sociedade civil está intrinsecamente ligada às condições objetivas e aos planos em que ocorrem a produção e a reprodução da vida material, modificadas pelos impactos das dinâmicas econômicas, políticas e socioculturais, a hipótese conflitiva que evidencia a exclusão desses produtores de um sistema mais amplo parece ser fortificada. Quando esses membros agenciam e trazem à tona suas propostas, mais ainda é ilustrada a expansão de uma racionalidade que inclui a socialização da economia, da cultura e do poder político, frequentemente distante dos moldes tradicionais de organização político-governamental hegemônicos.

É nesse momento que ocorre a convergência entre esses dois atores - Estado e Sociedade civil - e mais especialmente em 2003, como já delineado, que esse movimento ganha força e repercussão. Baseando-se em uma janela de oportunidade, entre 2002 e 2003, motivada pela troca de governo, a Economia Solidária encontra espaço para se desenvolver. Aqui, o que se vê é a disseminação de práticas e valores da Economia Solidária, de modo a penetrar o aparelho público e incluir fluxos de problemas, soluções e políticas que corroborem para a inclusão dos princípios e os supostos avanços consequentes.

Silva (2018) adiciona ao debate ainda as interferências entre a Economia Solidária e o Ciclo Orçamentário Nacional. De maneira geral, sabendo-se que as possibilidades de apoio governamental por meio das políticas e dos programas específicos cresceram junto com o crescimento dos adeptos, além da ressonância no meio acadêmico - e aqui destacamos a grande influência do professor Paul Singer -, é possível identificarmos que o desenho operacional dos programas ligados à Economia Solidária esteve muito próximo das reivindicações de organizações sociais que defendiam o cooperativismo como princípio relevante a ser incentivado via políticas públicas.

É aqui que emerge a SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, ainda em 2003, possuindo como chefe o professor anteriormente citado. Segundo Barbosa (2006), o público-alvo da política, foi definido por: (a) trabalhadores em risco de desemprego; (b) trabalhadores autônomos; (c) trabalhadores informais; (d) pequenos produtores familiares rurais e urbanos; (e) redes e empreendimentos de economia solidária (cooperativas, associações e outros); (f)

agências de fomento da economia solidária; (g) fóruns municipais e regionais de desenvolvimento; (h) e beneficiários de programas governamentais e (i) inclusão social. As atribuições dadas à nova secretaria foram definidas pelo art. 18 do Decreto no 5.063, de 3 de maio de 2004 (Brasil, 2004), são elas:

Art. 18 À Secretaria Nacional de Economia Solidária compete:

I – subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do ministério;

II – articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;

III – planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;

IV – colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;

V – estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;

VI – estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;

VII – contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;

VIII – propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;

IX – apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;

X – promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;

XI – supervisionar e avaliar as parcerias da secretaria com outros órgãos do governo federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;

XII – supervisionar e avaliar as parcerias da secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;

XIII – supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária [CNES];

XIV – apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do ministério, em sua área de competência;

XV – articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência.

Ainda seguindo os estudos de Silva (2018), a SENAES foi inserida no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPA) de 2004-2007, encobrindo quase 1% do orçamento total do MTB- Ministério do Trabalho e Emprego, fazendo referência a um valor de R\$169.905.966,00 ao longo dos anos analisados. O Fomento à Geração de Trabalho e Renda

em Atividades de Economia Solidária a atividade com maior expressividade nesse orçamento, compondo aproximadamente 66,9% dos gastos. No PPA de 2008-2011, os recursos reservados à rubrica somaram R\$208.085.40,00, representando um aumento de 22,4% em relação ao PPA anterior. Nesse último PPA, a atividade com maior dispêndio foi o Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos e Redes de Cooperação, representando cerca de 28,7% dos gastos. Essa diferenciação de atividade em evidência se dá no sentido de que houve o redesenho e a inclusão de novas atividades ao longo dos primeiros anos de elaboração das políticas da SENAES.

Esse tipo de atividade não foi prevista no PPA de 2012-2015. Entretanto, mesmo que não tenha tido grandes mudanças em questão de desenho, houve crescimento real de 41,9% do orçamento, motivado pelo reconhecimento institucional da temática. Aqui foi visto um total de R\$ 577.471.115 para a Secretaria, e a atividade de maior impacto foi o Fomento de Empreendimentos e Redes de Cooperação, fazendo referência à aproximadamente 9,8% do orçamento. No PPA 2016-2019² vemos uma queda significativa no valor orçamentário, firmado em R\$133.963,040. Ressaltamos ainda que em 2018 tivemos o menor valor destinado a essa política desde sua institucionalização, totalizando foi responsável por abrigar o menor valor destinado a essa política num espectro histórico, totalizando R\$19.760.325.

Não é estranho pensarmos nessa situação. Mais uma vez valendo-se das janelas de oportunidade, com o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e a chegada de um governo situado mais à direita, e com a nova organização da estrutura ministerial, fazendo com que o MTB voltasse a desmembrar-se da Previdência Social, além da saída do próprio Paul Singer, condutor das políticas voltadas à Economia Solidária, parecia insustentável, ou ao menos muito prejudicada, a condução das novas ações na área. Além do mais, vale ressaltar que a SENAES foi transformada em uma subsecretaria, ligada ao gabinete do ministro do Trabalho, perdendo o status de secretaria, ainda que tenha se mantido e a sigla e seu caráter de unidade gestora com autonomia de execução dos programas referentes à temática da economia solidária, que estavam inclusos no PPA. No PPA 2019-2023, não há citação ou especificação direta da Economia Solidária.

Com isso, podemos notar que houve de fato uma precarização, a nível da União, das políticas de Economia Solidária. É evidente que a execução orçamentária não pode ser encarada como

² Importante considerarmos que, dada a época de publicação do estudo, a exposição analisa até o período de novembro de 2018.

um fim em si mesmo, ainda que, por lógica, possamos associar à disponibilidade de um maior montante de recursos para a política ao desenvolvimento da própria política, visto que são expandidas e potencializadas as capacidades de cobertura e produção, e que há outras dimensões a serem observadas, inclusive a partir do monitoramento das atividades e dos resultados. Entretanto, é possível identificarmos, via redução dos dispêndios e reformulação ministerial, que as políticas de Economia Solidária têm perdido espaço na agenda federal. Na parte seguinte verificaremos a situação no caso específico do Estado de Minas Gerais.

2.2. O debate da Economia Solidária em Minas Gerais

A nível estadual, quando avaliamos a trajetória das políticas públicas de Economia Solidária, como apontado por Costa (2012), é preciso pontuarmos que o estado foi um dos primeiros a pautar a temática. Ainda em 1995, a mobilização do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (FMEPS) trouxe o debate para a agenda governamental. Isso fez com que entre 1996 e 2001 diversos eventos fossem promovidos pelo Fórum, no intuito de mobilizar a comunidade para a adesão ao modo de trabalho e valorização da Economia Solidária. /Em junho de 2003, durante a I Feira e I Ciclo de debates da Economia Popular Solidária houve a proposição da criação de um Selo da Economia Solidária no Estado. Em 2004, em consonância com as medidas federais, o governo estadual tucano, representado pelo Governador Aécio Neves, aprovou a Lei 15028/04, que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária.

A partir de então, o estado de Minas Gerais passou a conter um Cadastro Estadual dos Empreendimentos Solidários, o Conselho Estadual de EPS (Economia Popular Solidária), composto por representantes da sociedade civil e do Estado, a certificação dos produtos dos empreendimentos e a previsão de criação de um fundo estadual com recursos para o desenvolvimento da EPS no Estado. O incentivo aos empreendimentos foi balizado por diversas ações, como assessoria técnica; formação e qualificação profissional; incentivo ao desenvolvimento de pesquisa e tecnologias sociais; e, por fim, apoio à infraestrutura. Na prática, só em 2008 foi possível que o Estado tivesse recursos orçamentários para o programa. Essa ação estava vinculada à Política de Trabalho, Emprego e Renda, sob a coordenação da Subsecretaria de Trabalho, Emprego e Renda, que é vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE).

Desde o início de sua implementação, toda a produção de políticas públicas voltadas à Economia Solidária, em Minas Gerais, foi fortemente amparada por organizações e mobilizações de grupos e parcelas da sociedade civil que agendaram a temática na esfera governamental. Abers e Bülow (2011) analisam o papel dos empreendedores de políticas e dos movimentos sociais em rede como fortalecedor do cruzamento entre sociedade e Estado, destacando os ativistas que, dentro da gestão pública, mobilizam recursos para a convergência dessas oportunidades de mudança de agenda. Em 2008, o orçamento previsto era de R\$ 845.000,00 e foram apoiados 150 empreendimentos, algo que representa em torno de 1.270 pessoas e 58 municípios mineiros.

Em 2009, com orçamento inicial de R\$ 1.500.000,00, foi amplificado o número de beneficiados, sendo possível qualificar 656 pessoas e apoiar, via Feiras Regionais, 302 empreendimentos de 111 municípios. A partir desses orçamentos, a Economia Solidária no Estado de Minas Gerais teve seu pontapé inicial. Costa (2012) ainda identifica três elementos principais desenvolvidos para tanto, sendo eles: (i) constituição e regulamentação de uma legislação específica, a partir da qual se instalou um espaço de participação social, que é o Conselho Estadual; (ii) implantação de um orçamento específico no Plano Plurianual de Ação Governamental; e (iii) execução orçamentária de ações específicas direcionadas aos empreendimentos solidários.

Os dois primeiros elementos foram e ainda estão sendo executados, em maior grau, pelo governo estadual. O terceiro elemento é mais problemático. Ainda que o Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária do Estado de Minas Gerais (Funsol/MG) tenha sido previsto na Lei nº. 15.028/2004, este ainda não foi executado. Desse modo, as ações de transferência e suporte aos entes municipais se tornam bem mais restritos, evidenciados no suporte às feiras e espaços de comercialização, bem como dos fóruns e dos conselhos.

Mais recentemente, algumas alterações foram notadas, em sentido comum ao identificado a nível federal, incluindo a redução do escopo orçamentário para essa política. Em 2019, a Lei Orçamentária Anual do Estado de Minas Gerais, apresentou orçamento total de R\$47.987.067 para a lotação da SEDESE, que compreende as atividades de Economia Solidária, sendo importante lembrar que na Lei Orçamentária (LOA) de 2018 esse valor estava fixado em R\$53.008.537. É importante ressaltarmos também que essa redução de recursos para a área não começa com a nova gestão: desde 2017, a execução orçamentária

prevista na LOA identificava um destino de R\$98.639.038, indicando que a redução começou ainda em 2018.

Entre 2010 e 2013, a SENAES realizou o Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), consolidando o SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária). Grosso modo, para o caso mineiro, os dados indicam uma presença relevante da Economia Solidária, destacada em três mesorregiões, em ordem decrescente de valor, representadas pela Região Metropolitana de Belo Horizonte, pelo Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e pelo Campo das Vertentes, predominando ainda grupos informais que atividades em meio urbano e fortificadas pela comercialização de atividades de agricultura familiar e artesanato.

Diniz e Rocha (2019) pontuam que há várias considerações relativas ao desenvolvimento da Economia Solidária em Minas Gerais. Um primeiro gargalo é dado pela inexistência de Fundo específico para a política, não contribuindo para a formação de redes de Economia Solidária. Além disso, é compreendido que os movimentos sociais e agentes, representados principalmente nos Fóruns e no Conselho Estadual de Economia Popular Solidária, são marcados pelo alto engajamento e rigidez, contrastando com um ambiente político e econômico instável. Como delineado anteriormente, o cenário é de grande descontinuidade das políticas, o que pode comprometer o desenvolvimento da Economia Solidária nos níveis estadual e municipal, na medida em que as redes não são fortalecidas e os repasses não possuem expressividade. Veremos a situação da região metropolitana de Belo Horizonte na parte subsequente.

2.3. O debate da Economia Solidária na Grande Belo Horizonte

A Economia Solidária na Grande Belo Horizonte (BH) foi reforçada pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH), que visa à proposição de medidas que reduzam as desigualdades socioespaciais e valorizem as identidades regionais. Sendo assim, muitas das iniciativas partem de uma expectativa de qualificação da mão de obra e geração de renda, envolvendo o fortalecimento de oportunidades na economia dos setores populares e, com isto, o fortalecimento da própria Economia Solidária. As cidades mais expressivas, em ordem decrescente, segundo dados do

SIES referentes a 2007, são: Belo Horizonte, com 160 empreendimentos, Contagem com 45 empreendimentos, Ribeirão das Neves, com 22 empreendimentos e Sabará, com 19 empreendimentos.

As principais propostas relativas à Política de Economia Solidária são quatro, sendo: (a) Elevação da qualidade e da competitividade da pequena produção, (b) Articulação da pequena produção ao circuito superior existente e aos grandes investimentos previstos no território metropolitano, (c) Apoio à regularização e instalação de pequenos empreendimentos produtivos, e, por fim, (d) Articulação dos empreendimentos entre si: criação de uma rede metropolitana de produção e consumo popular e solidária. Esses estágios ainda não foram completamente atingidos, o que significa que ainda há muito espaço a ser conquistado pelos empreendimentos e empreendedores da Economia Solidária, principalmente no que tange à construção de redes solidárias.

Diniz e Monte-Mór (2012) indicam ainda a dificuldade de monitorarmos e avaliarmos os resultados das políticas públicas voltadas para a Economia Solidária, visto que ainda há muitos grupos e redes informais. Em associação ao debatido ainda no começo deste trabalho, e reconhecendo o papel da Economia Solidária no combate à exclusão social, as políticas voltadas para esse desenvolvimento representam um desafio de relevância, justamente pela expectativa de inserção de uma população marginalizada e excluída dos processos centrais do capitalismo. Alves, Diniz e Fernandes (2019), ainda adicionam características ao perfil dessa população, identificando-os como majoritariamente componentes de grupos cuja inserção no mercado formal parece dificultada, como mulheres, idosos e populações tradicionais locais. Vejamos quais são as articulações e propostas da Economia Solidária, em Belo Horizonte, na próxima seção.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Em Belo Horizonte, as ações da Política de Economia Solidária são desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), por meio da Diretoria de Economia Solidária, da Subsecretaria de Trabalho e Emprego. No presente ano, a LOA apresenta detalhamento de R\$10.783.019,00. Em 2018, o valor constado foi de R\$14.358.630,00, e, em 2017, de R\$5.790.676. É importante considerar que, de 2017 para 2018, foram dadas novas funções à Subsecretaria, como o oferecimento de apoio e suporte aos empreendedores, o que justificou o aumento dos recursos em 2018. Essa situação não ocorre em 2018 e 2019, pois são os mesmos serviços indicados, e vemos então apenas a redução desses gastos, algo semelhante ao que ocorre em níveis estadual e federal, no mesmo período.

Uma das principais iniciativas municipais foi a instalação do Centro Público de Economia Solidária (CEPES), localizado na Avenida dos Andradas, n.367, 2º andar, parceiro dessa atividade. O Centro foi inaugurado em 25 de junho de 2007, durante a gestão municipal de Fernando Pimentel (PT) e emerge de uma consonância com os movimentos da União, como defendido por Paul Singer, dada a estruturação de apoios locais à população para capacitação e fornecimento de informações. Nesse sentido, o objetivo do CEPES é desenvolver atividades conjuntas para capacitar todos os órgãos, governamentais ou não, e promover uma integração entre programas de geração de renda com as políticas públicas de qualificação profissional para jovens e adultos. O Centro também abriga a Secretaria Executiva do Fórum Mineiro de Economia Solidária e sua Coordenação Metropolitana; um Núcleo de Documentação e Informação, com um acervo de publicações e vídeos sobre a Economia Solidária e outros temas correlatos, aberto ao público; um Núcleo de Articulação de Oportunidades, para a troca de experiências entre empreendimentos e o espaço "Arte Mostra Solidária", que divulga e comercializa os produtos e serviços produzidos por meio da Economia Solidária.

Para serem registrados no CEPES, os interessados devem se organizar em grupos de, no mínimo, três participantes que não sejam todos da mesma família e que residam em Belo Horizonte, para que componham um empreendimento dentro de uma das linhas disponíveis: confecção, artesanato e alimentação, como roupas, bolsas, almofadas, bordados, tapetes e artigos de cama, mesa e banho; bijuterias e acessórios; peças de decoração, cosméticos –

sabonetes de argila e óleos essenciais - e produtos de alimentação, bolos, pães, geleias, compotas, bombons e trufas. Todos os produtos devem ser produzidos pelos empreendedores e não é permitida a venda de produtos terceirizados. Cada empreendimento integra uma rede de correspondência. Nas redes, os empreendedores se articulam e combinam taxas e/ou demais acordos entre os comerciantes. Aqui é importante ressaltarmos o caráter de autogestão típico da Economia Solidária, em contraste ao intervencionismo típico, dado que as decisões acerca das taxas e da distribuição ou não dos lucros fica inteiramente a cargo das redes.

Os integrantes do empreendimento devem passar por uma formação específica. Essa formação é oferecida no CEPES, uma ou duas vezes por mês, e é dividida em dois momentos. No primeiro momento, uma dupla de empreendedores da Economia Solidária que obteve algum destaque - pela perspectiva da gerência do CEPES - oferece aos novos parceiros cursos de capacitação em Economia Solidária, informando-os sobre os princípios e comportamentos esperados. Num segundo momento, as gestoras do CEPES explicam aos interessados como se dá o processo das feiras - principal atrativo e que mobiliza as pessoas a se inscreverem no CEPES. De maneira geral, ocorrem sorteios para que as vagas sejam preenchidas. Para que o empreendimento possa participar desses sorteios, é preciso que ele demonstre interesse em pleitear a vaga na feira, com local e data determinados, e que ao menos um de seus integrantes esteja participando dos Fóruns Municipal e Regional de Economia Solidária. Após a formação, os empreendedores preenchem, manualmente, cadastros referentes às suas informações pessoais e às informações do grupo. Esse é o principal modo de monitoramento da presença dos empreendedores nos Fóruns. Não há transposição dos dados para uma base digital, o que faz com que esses cadastros sejam entendidos também como a única fonte de dados.

Em 12 de julho de 2019, o atual Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, promulgou o “Programa Estamos Juntos”. O programa foi criado pela Lei nº 11.149, de 8 de janeiro de 2019 e regulamentado pelo Decreto nº 17.136, de 11 de julho de 2019, sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico em associação com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. O programa tem como objetivo fomentar e garantir a inclusão produtiva da população em situação ou com trajetória de vida nas ruas, no âmbito do Município. A importância desse programa para a Economia Solidária é que, segundo o Art. 9º do decreto: “O público do Programa Estamos Juntos poderá ser encaminhado para a formação de grupos de empreendedorismo no âmbito da Economia Popular Solidária, por meio da Gerência do Centro Público de Economia Solidária”,

representando uma nova demanda ao CEPES. Essa é uma questão relevante para o funcionamento das políticas públicas municipais de Economia Solidária, considerando que elas estão frequentemente atreladas a outras instituições, como podemos ver na próxima parte.

3.1. Instituições apoiadoras da Economia Solidária em Belo Horizonte

A principal instituição fomentadora da Economia Solidária em Belo Horizonte, como antecipado, é o CEPES. No entanto, assim como visto nas esferas nacional e estadual de governo, há forte presença de organizações da sociedade civil - institucionalizadas e informais - que possuem grande expressividade no contexto da formulação e do agendamento dessas políticas. Dada a dificuldade de monitoramento e avaliação de grupos e redes informais, focamos aqui as entidades parceiras da SMDE e do CEPES na execução das políticas públicas.

A primeira parceria de destaque é dada pela ONG Cidadania e Moradia. Existente desde 1993 e alimentada principalmente pelos funcionários da Caixa Econômica Federal, as iniciativas englobam projetos de educação, geração de trabalho e renda e apoio às ações de combate à fome e à miséria para comunidades de baixa renda. A sede é localizada em Brasília, mas há representações em todos os estados. Em Belo Horizonte, embora mais recentemente tenha ganhado sede fixa, ainda funciona, em parte, dentro do CEPES. A própria junção físico-espacial das instituições auxiliou a criação de vínculos afetivos e de trabalho entre os gestores. Além disso, tendo pautas próximas, nos últimos anos, parte das verbas conquistadas pela ONG Cidadania e Moradia, foram transferidas para o Centro, no sentido de pagar o transporte dos empreendedores que oferecem os cursos de capacitação, visto que a Prefeitura de Belo Horizonte não fornece verba para essa atividade.

A Cáritas Brasileira, criada em 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), também possui participação no fomento às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo populações em situações de risco ou desprivilegiada, na intenção de atuar na perspectiva da defesa dos direitos humanos para a construção de espaços de democracia participativa, de inclusão e transformação social. No caso do CEPES, a instituição católica auxiliou na produção e

fornecimento de material educativo acerca da Economia Solidária, fortalecendo e solidificando os pilares desse modo de produção, de maneira a contribuir, indiretamente, com a realização dos cursos profissionalizantes.

Outras iniciativas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte atuam no sentido de complementar e auxiliar as atividades desenvolvidas pela Economia Solidária. Também motivada pela coexistência no mesmo espaço físico, há um Telecentro no CEPES. O telecentro é uma iniciativa pública e gratuita de inclusão digital, disponibilizando computadores com acesso à Internet para a população. Esse serviço oferecido junto ao CEPES não possui uso restrito aos cadastrados no Centro, mas frequentemente auxilia a execução de atividades de formação.

A Associação de Trabalho e Produção Solidária - Suricato, foi fundada a partir da constatação das capacidades e do reconhecimento das limitações dos usuários do serviço de saúde mental da Prefeitura de Belo Horizonte em 2004. São oferecidos cursos de qualificação profissional aos usuários, em quatro núcleos de produção, a saber: Costura, Culinária, Marcenaria e Mosaico. O empreendimento conta também com o Espaço Cultural Suricato, onde a equipe de vendas é responsável pela comercialização dos produtos. Parte das atividades também são desempenhadas no espaço físico do CEPES. Novamente, tendo o condicionamento físico-espacial como fator motivador, há muitos movimentos entre a Associação e o Centro Público, principalmente no sentido do fornecimento de materiais e trocas de conteúdo para as capacitações.

A participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) ainda é tida como de relevância. Como apresentado por a gestão de políticas públicas de economia solidária confunde os trabalhadores e contribui muito pouco para a mudança do paradigma capitalista. Sendo a organização do MST mais próxima das comunidades de autogestão e baseada em princípios de coletividade e solidariedade, parece fazer sentido que esse movimento consiga trazer conhecimentos para a Economia Solidária. Em Belo Horizonte, o Armazém do Campo - espaço para comercialização das produções dos assentamentos - foi inaugurado em 2018. Embora não existam laços formalizados entre o Armazém e o CEPES, são realizados eventos no Armazém do Campo que celebram e trazem a pauta da produção solidária, assim como da agroecologia, podendo mobilizar também as parcelas excluídas dos sistemas capitalistas centrais, chamando-os para alternativas em redes e comunidades.

Tendo em vista a perspectiva apresentada, o que percebemos é que muitas das parcerias firmadas entre o CEPES e as instituições apoiadoras vieram de adversidades e oportunidades que surgiram num contexto de precarização dos serviços públicos e de pouca verba disponível. De certo modo, ainda que respeitando as imposições e as barreiras burocráticas formais de um Centro Público, é possível visualizarmos a característica da solidariedade e da cooperação - princípios e características da Economia Solidária - como componentes intrínsecos da gestão, que consegue mobilizar um vasto número de empreendimentos, como veremos mais adiante, mesmo com dificultadores técnicos e financeiros.

3.2. Composição técnica e atividades desenvolvidas pela CEPES

Atualmente a equipe que compõe o CEPES é constituída por duas gerentes: Neuzanete e Agda. Além das gestoras, há quatro estagiários de nível médio³. Essa equipe é responsável por todas as atividades do Centro, o que inclui: (a) realização dos Cadastramentos; (b) realização dos cursos de Capacitação; (c) acompanhamento da presença dos empreendimentos nos Fóruns; (d) realização dos sorteios e distribuição das feiras; (e) fiscalização nas Feiras; (f) mediação de eventuais conflitos em grupos e/ou redes; (g) atualização dos cadastramentos; (h) fornecimento de informações aos interessados; entre outras.

Era esperado ainda que o “Arte e Mostra Solidária”, espaço fixo destinado à venda dos produtos dos empreendimentos estivesse funcionando e sob coordenação do CEPES. No entanto, segundo relatos das gestoras, o espaço não parecia muito rentável e optaram por mantê-lo fechado. A equipe também conta com a ajuda do Manoel, representante da ONG Moradia e Cidadania, que costuma auxiliar em atividades corriqueiras e até mesmo participa dos cursos de capacitação, como treinador, quando há necessidade.

O quadro apresentado é de uma equipe sobrecarregada, que acumula muitas funções simultaneamente. Não há divisões de tarefas aparentes e todas são realizadas diariamente pelos componentes da equipe - salvo as ofertas de capacitação e cadastramento, que possuem data específica e limitada a uma ou duas vezes por mês. Entendemos que há necessidade de

³ Durante nosso acompanhamento, um dos estagiários deixou o Centro, o que fez com que mais de metade do período, inclusive até o presente momento, não houvesse reposição do estagiário.

reforço no quadro de funcionários, principalmente no sentido do fornecimento de servidores públicos que possam coordenar os serviços realizados pelos estagiários, que muitas vezes acabam tendo o viés educativo do labor reduzido, dado que essa é uma condição necessária para a entrega dos serviços prometidos.

4. ANÁLISE DOS EMPREENDEDORES E DOS EMPREENDIMENTOS CADASTRADOS NO CEPES

Nesta seção, trataremos das atividades de interlocução com os parceiros, desenvolvidas ao longo do semestre; a metodologia utilizada para tratamento e análise das informações dos cadastros e, por fim, apresentamos os achados da análise dos cadastros dos empreendedores de Economia Solidária.

4.1. Atividades de interlocução entre a equipe da UFMG e os gestores

Realizamos, ao todo, cinco visitas ao CEPES para acompanharmos as atividades e discutirmos com a equipe quais os procedimentos a serem desenvolvidos. Foram realizados ainda outros dois encontros, na UFMG, com a presença da professora Geralda Luiza de Miranda.

O primeiro encontro foi realizado no dia 13/08/2019, na UFMG. Nesse encontro, foi apresentada a situação problema pelas gestoras e levantadas as primeiras sugestões para atendimento da demanda - no caso, como mencionado anteriormente, o desconhecimento do perfil dos empreendimentos e dos empreendedores de Economia Solidária. Foram também repassadas noções gerais de estruturação e funcionamento do CEPES. O segundo encontro aconteceu no dia 06/09/2019, no próprio CEPES. Nessa ocasião, tivemos o primeiro contato com a ONG Moradia e Cidadania, além de conhecermos a estrutura física e técnica do CEPES. Utilizamos o espaço para o acerto de atividades e a pactuação de tarefas, visto que a parceria se estendeu ao nível da execução das atividades, dado que os estagiários do CEPES realizaram todo o trabalho de digitação dos formulários físicos na máscara disponibilizada.

O terceiro e o quarto encontros ocorreram novamente no CEPES, sendo cada um em um período do dia - matutino e vespertino, na data de 02/10/2019. Os encontros foram utilizados para o treinamento dos estagiários para que pudessem entender a proposta e realizar as tarefas necessárias para a criação do banco de dados. O quinto encontro aconteceu na UFMG e contou com a participação tanto do CEPES quanto da ONG Moradia e Cidadania. Nesse momento, com a presença da professora Geralda Luiza de Miranda, avaliamos as atividades a serem realizadas e acertamos uma nova data para o final da recuperação dos arquivos, visto

que encontramos mais dados que o esperado e não seria mais possível o recorte temporal de cinco anos como inicialmente previsto.

O sexto encontro ocorreu no CEPES, no dia 01/11/2019, e teve como objetivo o auxílio na digitação das informações, na expectativa de que pudéssemos finalizar com mais agilidade o novo recorte previsto, de três anos, para que pudéssemos iniciar as análises cumprindo o prazo de um semestre para o desenvolvimento do trabalho. O último encontro também aconteceu no CEPES, no dia 06/11/2019, e voltou-se mais para a realização de uma conversa que pautasse a estruturação e o funcionamento do CEPES, recuperando a trajetória de execução dessa política pública. Na próxima seção, detalhamos as técnicas utilizadas no tratamento e análise das informações dos cadastros.

4.2. Metodologia empregada para obtenção, tratamento e análise das informações cadastrais

A elaboração do presente produto envolveu ampla utilização de ferramentas online e softwares gratuitos de processamento e análise de dados. Tendo em vista que as informações necessárias para a identificação do perfil dos integrantes e grupos de economia solidária cadastrados no CEPES estavam armazenados exclusivamente em meio físico, isto é, em folhas de papel, o primeiro passo para a elaboração produto, envolveu a criação de um formulário on line através da ferramenta “Google Forms”, que serviu como instrumento de transferência dos dados do meio (folhas de papel) físico para o meio eletrônico (planilha em Excel) de forma eficiente e segura pela equipe do CEPES, que, para a realização deste trabalho, recebeu um manual elaborado pela equipe do projeto, assim como o devido treinamento realizado in loco sobre a correta utilização da ferramenta.

Após o lançamento dos dados necessários para a realização da análise, foi realizado o download de uma planilha contendo dados de 806 fichas cadastrais. Realizados pequenos ajustes e correções em algumas variáveis relevantes como endereço, CEP e cidade de residência por meio do Software Microsoft Excel, os dados foram importados para os Softwares R e Qgis, através dos quais todas as análises estatísticas descritivas e georreferenciadas dos dados foram realizadas.

4.3. O perfil dos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES

São analisadas, nesta seção, os dados das questões que compõem as fichas cadastrais de empreendedores (integrantes) e de empreendimentos (grupos) de Economia Solidária, com registro no CEPES. O período da análise vai de maio de 2016 a setembro 2019. Os dados analisados são os de 619 fichas de integrantes e 187 fichas de grupos, que somados totalizam 806 fichas cadastrais. É importante esclarecer que a sigla NA, presente em alguns gráficos, tabelas e quadros abaixo apresentados, representa o total de casos de *no answer* (sem resposta), isto é, o total de respostas em branco em cada pergunta da ficha cadastral. A seguir, apresentam-se os resultados.

4.3.1. Empreendimentos

Foram analisados 187 empreendimentos/grupos, dos quais 80,7% são do segmento Artesanato ou Confecção, os demais são classificados, pelo CEPES, nos seguintes segmentos: Alimentação, artesanato e confecção; Cosméticos; Alimentação, artesanato e confecção, conforme Tabela 1 e Gráfico 1.

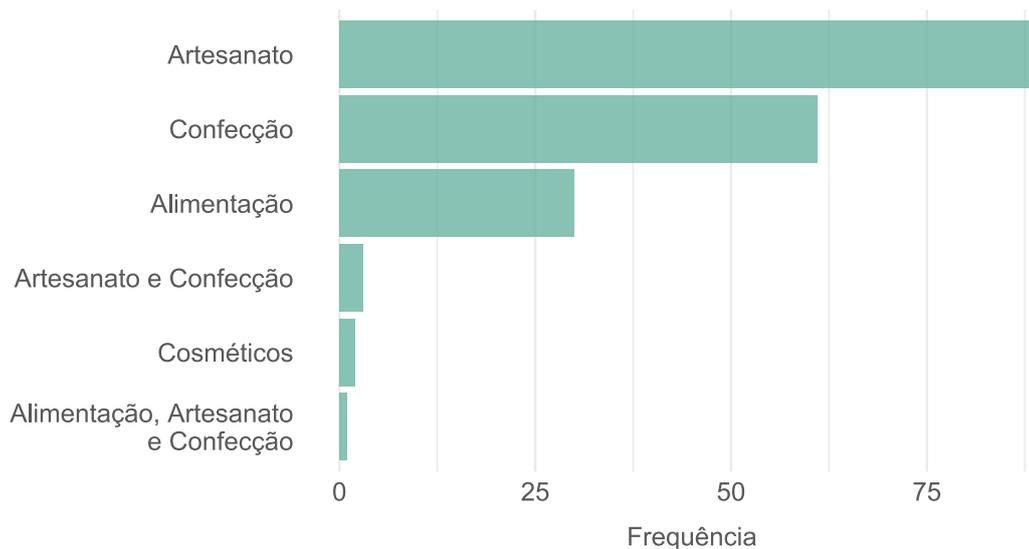
3458-2520 - Daniela

TABELA 1 - Distribuição dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por segmento (05/2016-09/2019)

SEGUIMENTO	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %	Frequência absoluta acumulada	Frequência absoluta acumulada %
Artesanato	90	48,10%	90	48,10%
Confecção	61	32,60%	151	80,70%
Alimentação	30	16,00%	181	96,80%
Artesanato e Confecção	3	1,60%	184	98,40%
Cosméticos	2	1,10%	186	99,50%
Alimentação, Artesanato e Confecção	1	0,50%	187	100,00%
Total	187	100,00%		

Fonte: CEPES. Elaboração própria.

GRÁFICO 1 – Distribuição dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por segmento (05/2016-09/2019).



Fonte: CEPES. Elaboração própria.

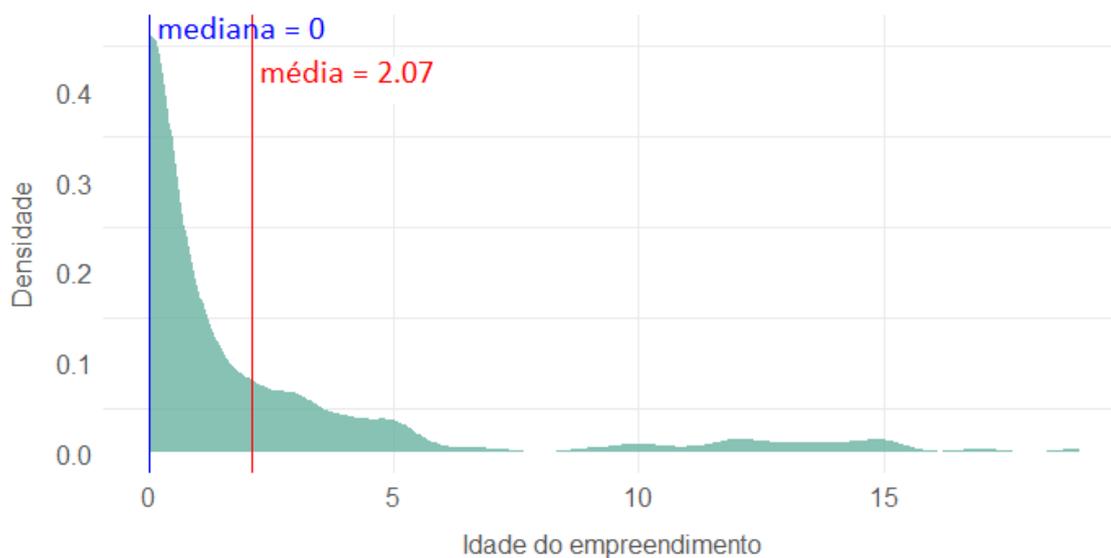
Quanto à idade dos grupos no ano de cadastro junto ao CEPES, na Tabela 2 e Gráfico 2, nota-se uma predominância de grupos novos, a mediana da idade é de 0 anos, ou seja, pelo menos a menos metade dos 187 grupos analisados foram criados no mesmo ano em que foram cadastrados. A idade calculada consiste na diferença entre o ano de cadastro no CEPES e o ano de criação do grupo.

TABELA 2 – Idade dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019)

IDADE DO GRUPO QUANDO CADASTRADO	frequência absoluta	frequência relativa %	frequência absoluta acumulada	frequência absoluta acumulada %
Menos de 1 ano	97	51,9%	97	51,9%
1	27	14,4%	124	66,3%
2	14	7,5%	138	73,8%
3	12	6,4%	150	80,2%
4	7	3,7%	157	84,0%
5	7	3,7%	164	87,7%
6	1	0,5%	165	88,2%
7	1	0,5%	166	88,8%
9	1	0,5%	167	89,3%
10	2	1,1%	169	90,4%
11	1	0,5%	170	90,9%
12	3	1,6%	173	92,5%
13	2	1,1%	175	93,6%
14	2	1,1%	177	94,7%
15	3	1,6%	180	96,3%
17	1	0,5%	181	96,8%
19	1	0,5%	182	97,3%
NA	5	2,7%	187	100,0%
Total	187	100,0%		

Fonte: CEPES. Elaboração própria.

GRÁFICO 2 – Idade dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019)



Fonte: CEPES. Elaboração própria.

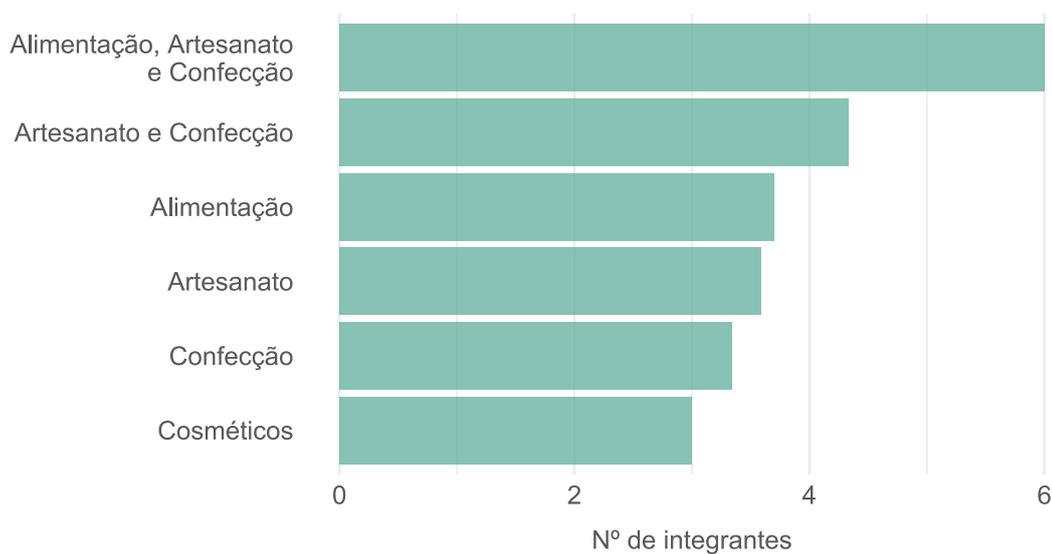
A Tabela 3 e Gráfico 3 mostram que os grupos classificados nos segmentos Alimentação, Artesanato e Confeção e Artesanato e Confeção são os que possuem maior número de integrantes, em média 6 e 4,33, respectivamente. Entretanto, somados, esses dois segmentos equivalem a apenas 2,1% do total dos grupos analisados, uma vez que são categorias de segmentos muito específicas compostas, principalmente, por associações. Dentre os três principais segmentos, isto é, Artesanato, Confeção e Alimentação, nota-se que o segmento de alimentação é o que possui a maior número médio de integrantes (3.7), sendo a média geral de 3,54 integrantes.

TABELA 3 – Média de integrantes dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por segmento (05/2016-09/2019)

SEGUIMENTO	Nº médio de integrantes
Alimentação, Artesanato e Confecção	6
Artesanato e Confecção	4,33
Alimentação	3,7
Artesanato	3,58
Confecção	3,36
Cosméticos	3
Média geral	3,54

Fonte: CEPES. Elaboração própria.

GRÁFICO 3 – Média de integrantes dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por segmento (05/2016-09/2019)



Fonte: CEPES. Elaboração própria.

Quanto às atividades feitas coletivamente, o Quadro01 e Gráfico 4 mostram que a Produção é a principal delas, sendo realizada coletivamente por 82% dos grupos, seguida da comercialização, feita por 67% do total. Chama a atenção o baixo percentual de grupos que declararam realizar Trocas de Bens e Serviços de forma coletiva, o que pode ser explicado,

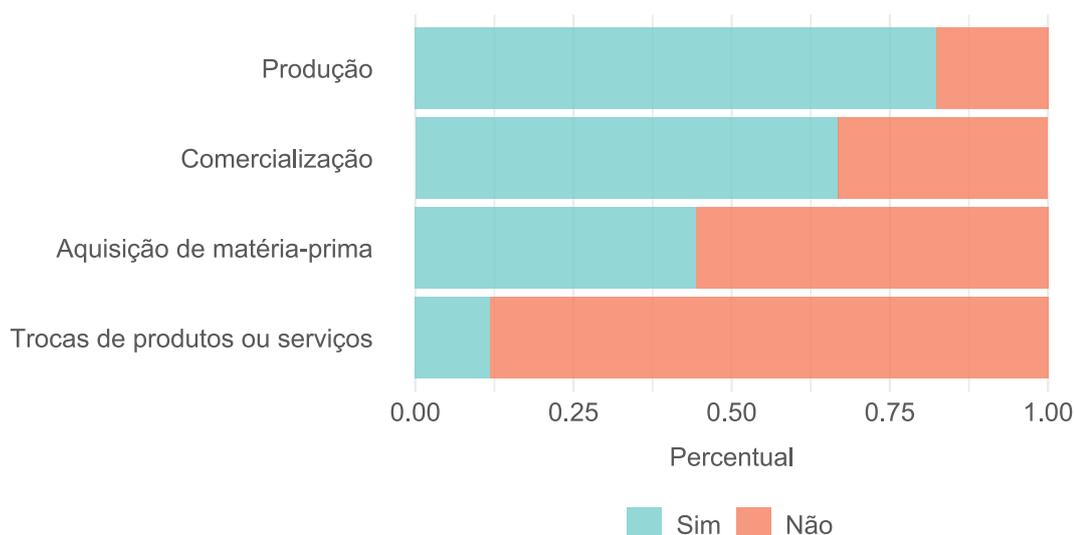
em parte, por uma limitação nas opções de resposta da pergunta que captura esta informação, por não se prever a possibilidade de alguma das atividades listadas não serem realizadas pelos grupos, superestimando o número de atividades não coletivas. Logo, recomenda-se a adição de um uma nova alternativa de resposta denominada “não se aplica” para esta pergunta.

QUADRO 1 – Atividades coletivas realizadas pelos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo de atividade (05/2016-09/2019).

OPÇÕES DE RESPOSTA	ATIVIDADE REALIZADA COLETIVAMENTE			
	Produção	Comercialização	Aquisição de matéria-prima	Trocas de produtos ou serviços
Sim	82%	67%	44%	12%
Não	18%	33%	56%	88%

Fonte: CEPES. Elaboração própria.

GRÁFICO 4 – Atividades coletivas realizadas pelos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo de atividade (05/2016-09/2019)



Fonte: CEPES. Elaboração própria.

O Quadro 2 e Gráfico 5 mostram que os recursos que financiam a produção são predominantemente dos próprios integrantes ou dos resultados das vendas do grupo, ao passo

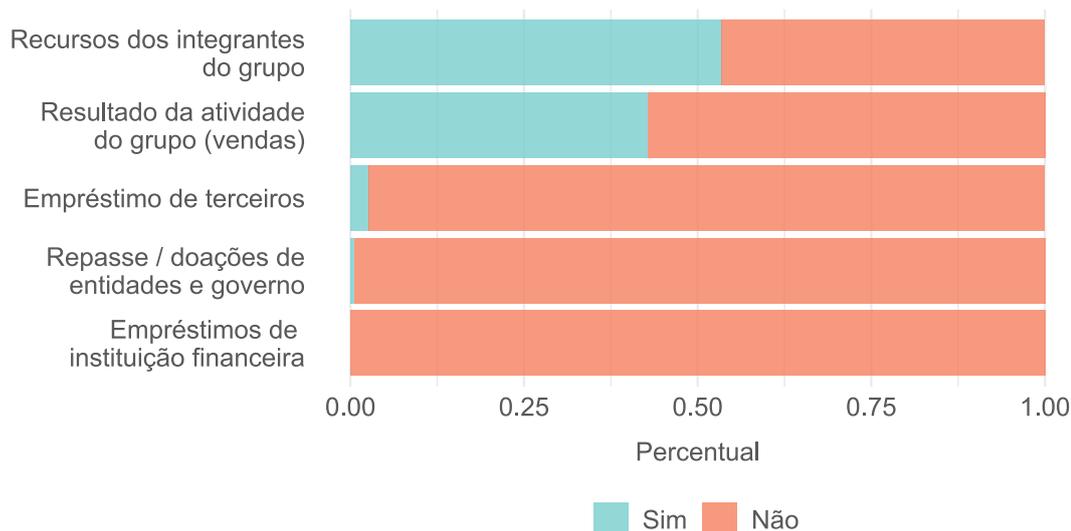
que recursos oriundos de empréstimos de terceiros e doações de entidades governamentais são alternativas pouco utilizadas. Empréstimos de instituição financeira não foram mencionados como fonte de financiamento de nenhum grupo.

QUADRO 2 – Financiamento da produção dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por fonte dos recursos (05/2016-09/2019).

OPÇÕES DE RESPOSTA	FONTE DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO				
	Recursos dos integrantes do grupo	Resultado da atividade do grupo (vendas)	Empréstimo de terceiros	Repasse / doações de entidades e governo	Empréstimos de instituição financeira
Sim	53%	43%	3%	1%	0%
Não	47%	57%	97%	99%	100%

Fonte: CEPES. Elaboração própria.

GRÁFICO 5 – Financiamento da produção dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por fonte dos recursos (05/2016-09/2019).



Fonte: CEPES. Elaboração própria.

O Quadro 3 e Gráfico 6 mostram que apenas 26% dos integrantes indicaram que a posse dos equipamentos pertence ao conjunto de membros. Entretanto, é preciso cautela para interpretar esse resultado, uma vez que, somando-se todos percentuais positivos, chega-se apenas a 88%,

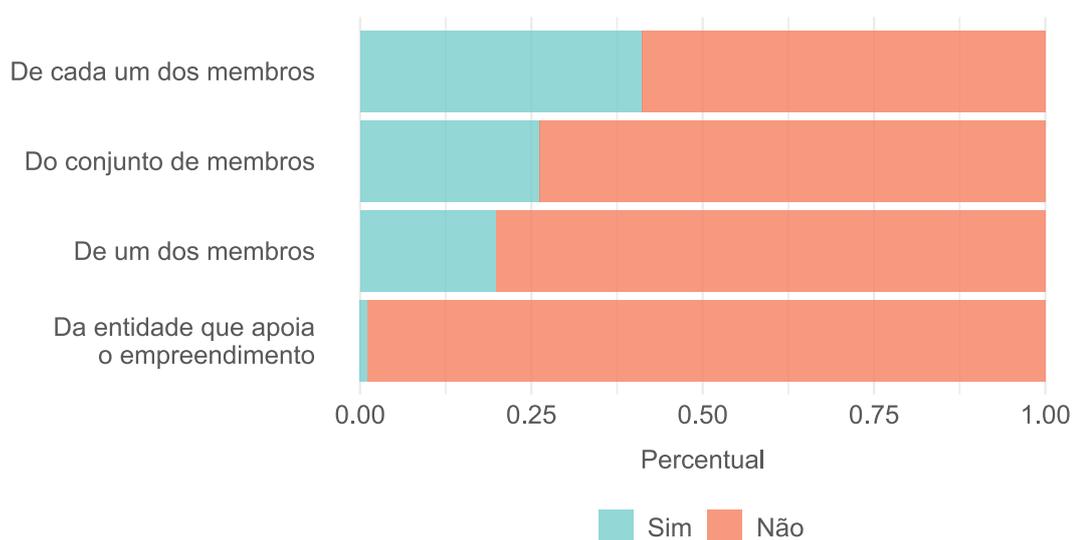
ou seja, ao menos 22% dos cadastrados deixaram essa questão sem resposta alguma. O que indica a necessidade de ajustes em seu formato.

QUADRO 3 – Propriedade dos equipamentos utilizados pelos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo (05/2016-09/2019).

OPÇÕES DE RESPOSTA	PROPRIEDADE DOS EQUIPAMENTOS			
	De cada um dos membros	Do conjunto de membros	De um dos membros	Da entidade que apoia o empreendimento
Sim	41%	26%	20%	1%
Não	59%	74%	80%	99%

Fonte: CEPES. Elaboração própria.

GRÁFICO 6 – Propriedade dos equipamentos utilizados pelos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo (05/2016-09/2019).



Fonte: CEPES. Elaboração própria

No Quadro 4 e no Gráfico 7, nota-se que a comercialização dos produtos é realizada de forma direta ao consumidor por 92% dos grupos, algo previsível ante a natureza de atuação do próprio CEPES. A comercialização por meio da internet é a segunda forma mais comum,

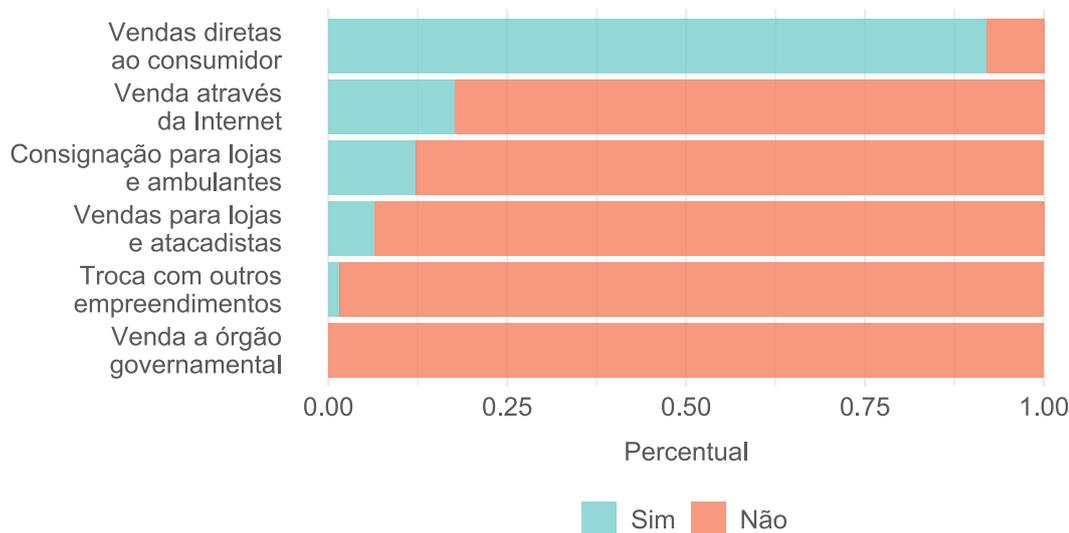
sendo realizada por 18% dos empreendimentos. Venda a órgão governamental não foi selecionada como forma de comercialização por nenhum grupo.

QUADRO 4 – Comercialização dos produtos dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo (05/2016-09/2019)

OPÇÕES DE RESPOSTA	FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO					
	Vendas diretas ao consumidor	Venda através da Internet	Consignação para lojas, ambulantes	Vendas para lojas / atacadistas	Troca com outros empreendimentos	Venda a órgão governamental
Sim	92%	18%	12%	6%	2%	0%
Não	8%	82%	88%	94%	98%	100%

Fonte: CEPES. Elaboração própria.

GRÁFICO 7 – Comercialização dos produtos dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo (05/2016-09/2019)



Fonte: CEPES. Elaboração própria.

A distribuição da renda de forma igual para todos os membros, de acordo com a produção de cada integrante, é a forma de divisão mais adotada pelos grupos, apontada por 74% deles, conforme Quadro 5 e Gráfico08. A divisão da renda conforme as funções dos integrantes do grupo acontece em 26% do total. A divisão conforme o tempo que cada integrante passa

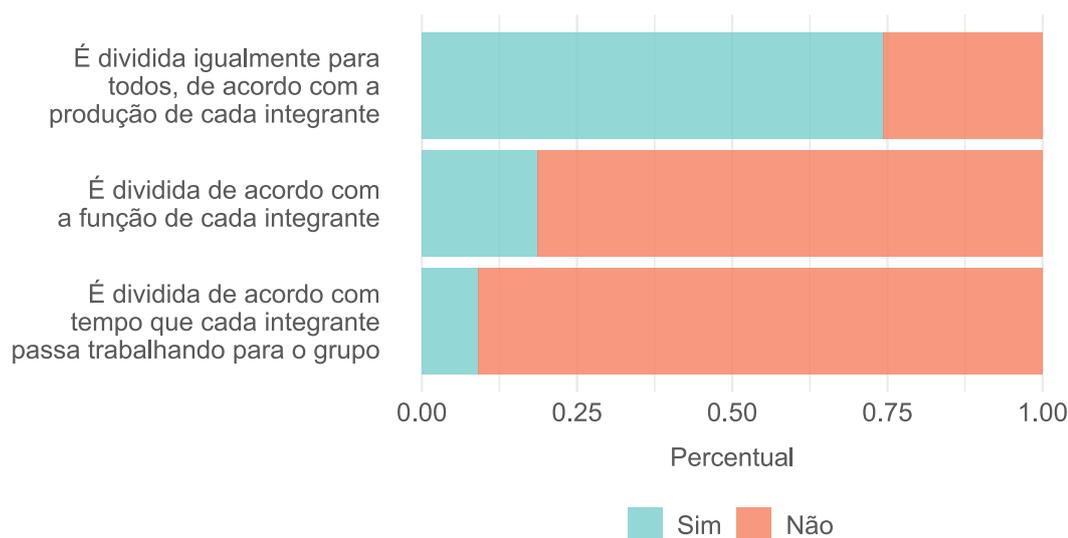
trabalhando para o grupo é a forma menos comum, apontada por apenas 9% do total. Devido ao fato de a pergunta que capta tal informação permitir a seleção de mais de uma alternativa, nota-se que os percentuais acima ultrapassam os 100%, o que indica a seleção de duas ou mais alternativas por um mesmo grupo nas fichas cadastrais. Recomenda-se que esta questão capture apenas a principal forma de comercialização.

QUADRO 5 – Distribuição da renda produzida pelos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019)

OPÇÕES DE RESPOSTA	FORMA DE DISTRIBUIÇÃO DA RENDA		
	É dividida igualmente para todos, de acordo com a produção de cada integrante	É dividida de acordo com a função de cada integrante	É dividida de acordo com o tempo que cada integrante passa trabalhando para o grupo
Sim	74%	19%	9%
Não	26%	81%	91%

Fonte: CEPES. Elaboração própria.

GRÁFICO 8 – Distribuição da renda produzida pelos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019)



Fonte: CEPES. Elaboração própria.

Por fim, dentre as alternativas disponíveis na ficha de inscrição do CEPES sobre as necessidades dos grupos, o apoio à comercialização é a principal delas, sendo apontada por

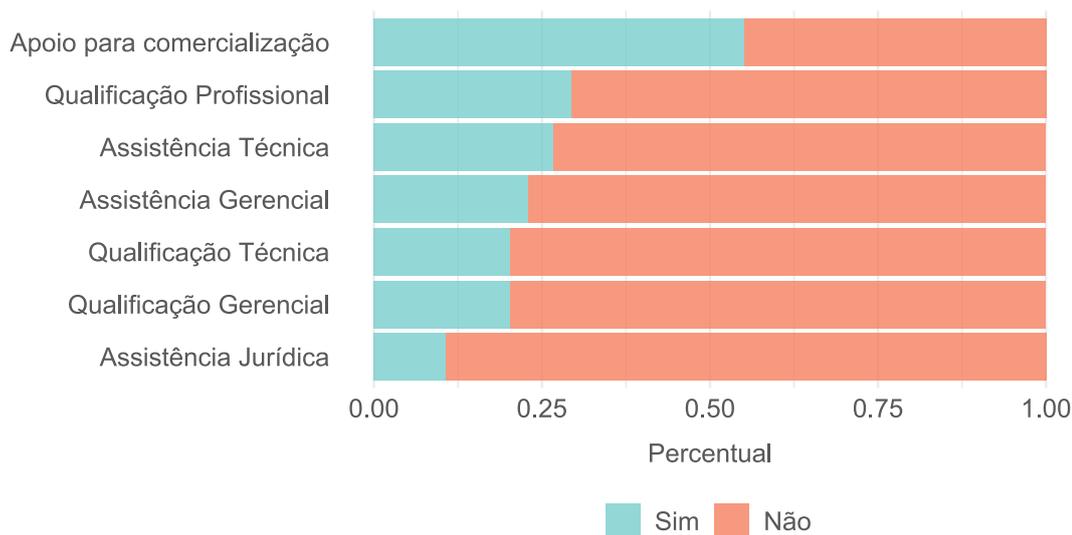
55% do total, como pode-se observar no Quadro 6 e Gráfico 9. A assistência jurídica é a necessidade menos apontada, algo compreensível haja vista a predominância de empreendimentos informais (79%) e, em sua maioria, criados recentemente em relação ao ano em que foram cadastrados no CEPES.

QUADRO 6 – Principais necessidades dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo (05/2016-09/2019)

OPÇÕES DE RESPOSTA	PRINCIPAIS NECESSIDADES						
	Apoio para comercialização	Qualificação Profissional	Assistência Técnica	Assistência Gerencial	Qualificação Técnica	Qualificação Gerencial	Assistência Jurídica
Sim	55%	29%	27%	23%	20%	20%	11%
Não	45%	71%	73%	77%	80%	80%	89%

Fonte: CEPES. Elaboração própria.

GRÁFICO 9 – Principais necessidades dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por tipo (05/2016-09/2019)

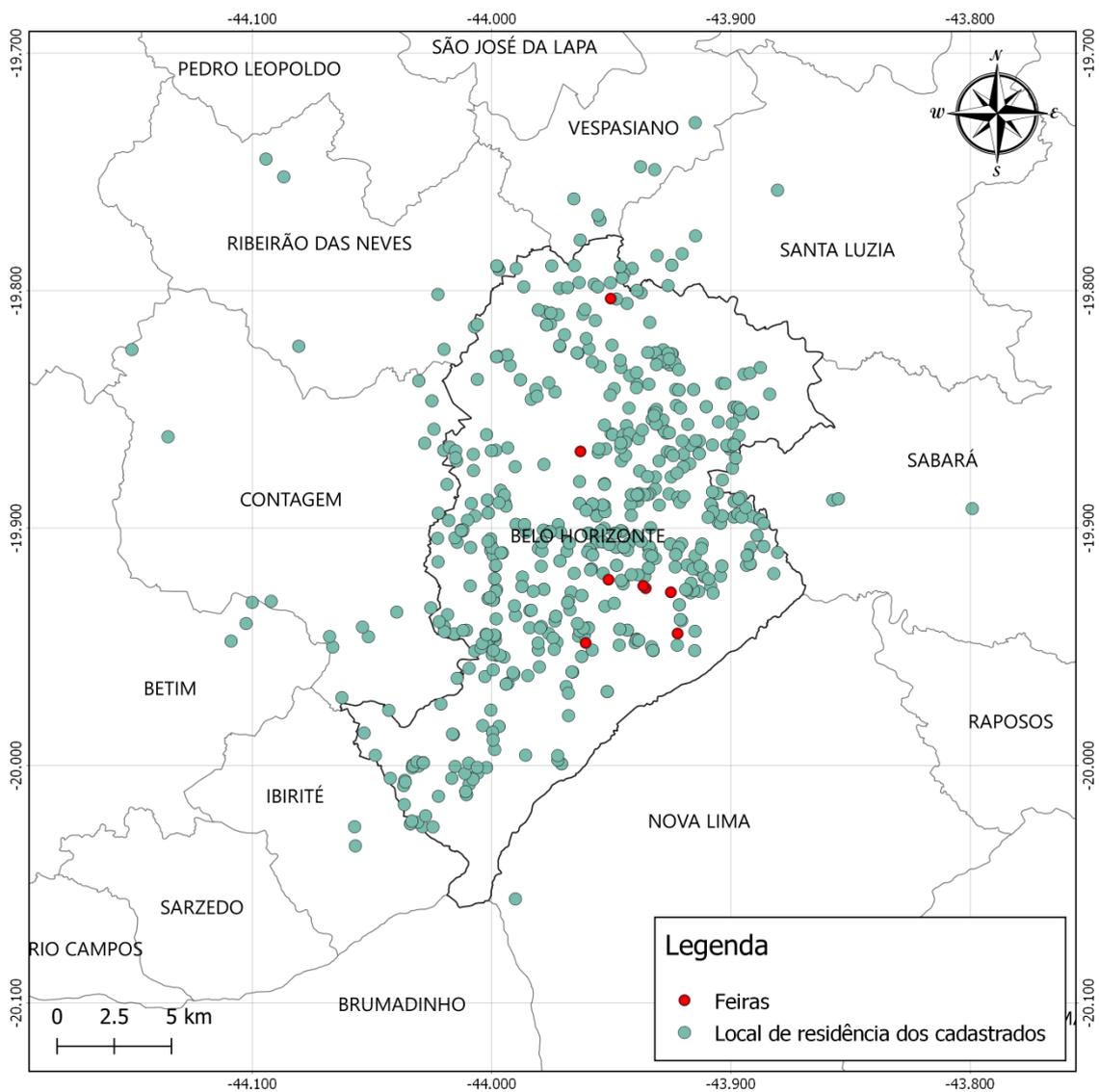


Fonte: CEPES. Elaboração própria.

4.3.2. Empreendedores

A Figura 1 mostra a distribuição dos empreendedores/integrantes a partir do endereço de residência. Como pode-se observar, a maior parte dos integrantes é morador de Belo Horizonte, e a pequena parcela que reside nos municípios limítrofes ainda se concentra próximo ao limite territorial com Belo Horizonte. Também é possível observar a localização das feiras nas quais o CEPES tem alguma participação.

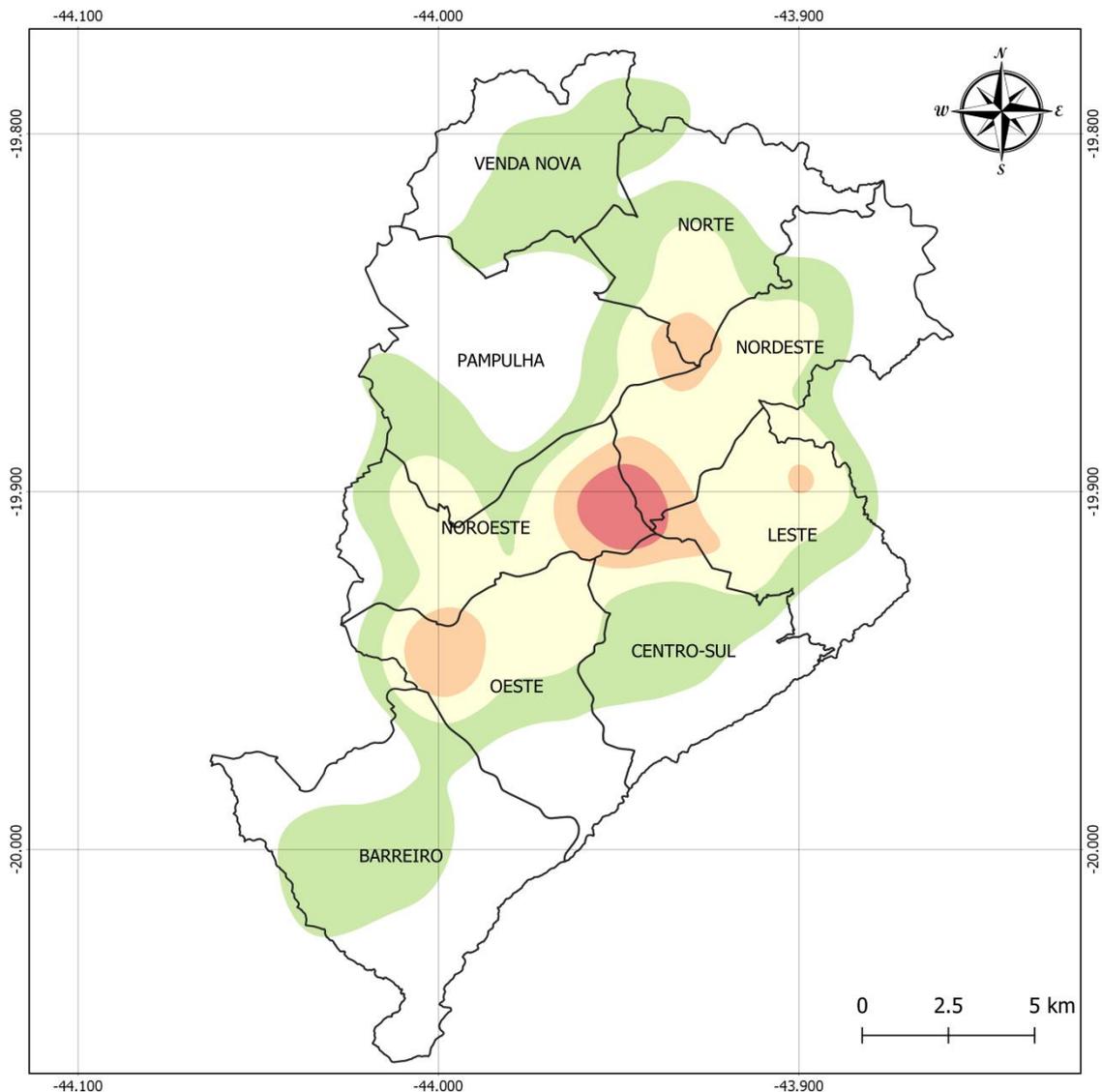
FIGURA 1 – Distribuição espacial dos integrantes dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019)



Fonte: CEPES. Elaboração própria.

A Figura 2 permite a visualização dos pontos de maior e menor concentração de integrantes conforme local de residência, nota-se forte concentração na região central da cidade, próximo ao local de maior concentração das feiras cujos CEPES têm alguma participação, conforme observado no Mapa anterior.

FIGURA 2 – Concentração geográfica dos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019) por regionais de Belo Horizonte



Fonte: CEPES. Elaboração própria.

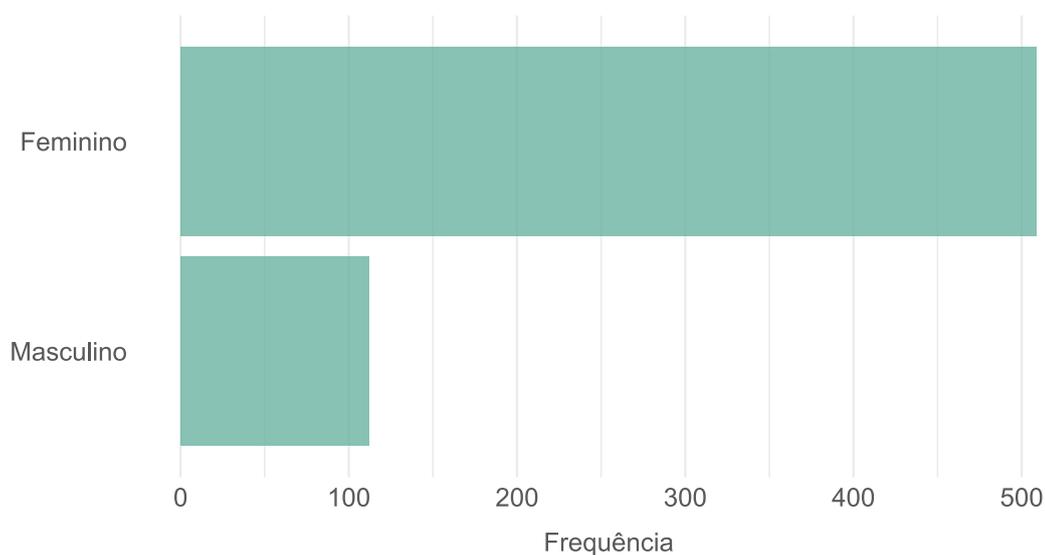
A identificação do perfil dos integrantes pode ser vista, inicialmente, na Tabela 4 e Gráfico 10, nos quais se evidencia uma maior participação de pessoas do sexo feminino, com aproximadamente 82%.

TABELA 4 – Sexo declarado pelos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019).

SEXO DECLARADO	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Feminino	509	82,0%
Masculino	112	18,0%
Total	621	100,0%

Fonte: CEPES. Elaboração própria.

GRÁFICO 10 – Sexo declarado pelos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019).



Fonte: CEPES. Elaboração própria.

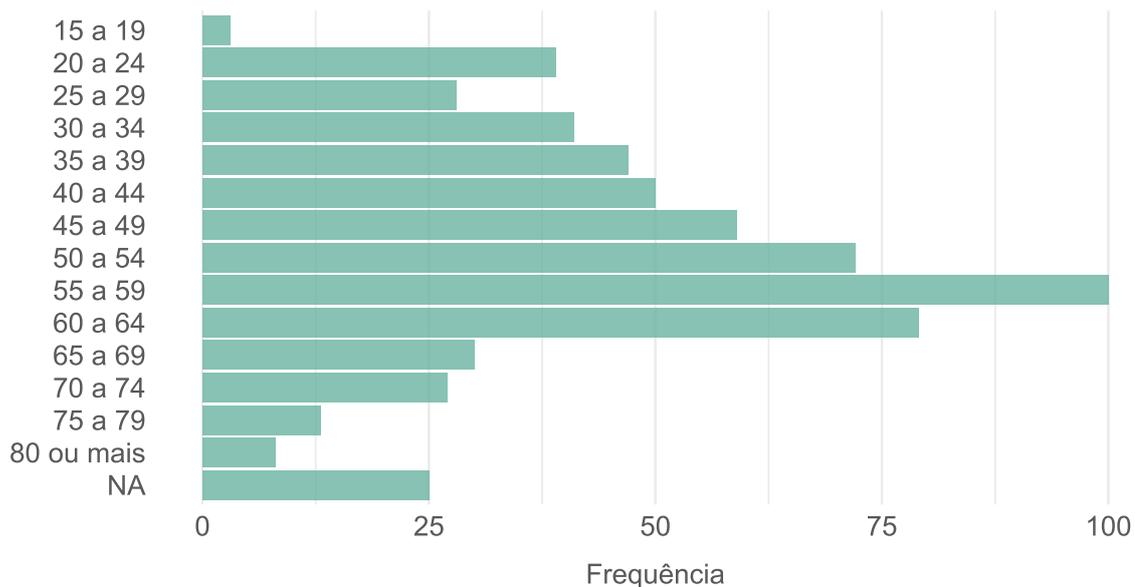
Conforme Tabela 5 e Gráfico 11, quanto à idade, a faixa etária predominante é a de 55 a 59 anos, sendo 49,6 anos a idade média geral, conforme Tabela 5 e Gráfico 11.

TABELA 5 – Faixa Etária dos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019).

FAIXA ETÁRIA	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %	Frequência absoluta acumulada	Frequência absoluta acumulada %
15 a 19	3	0,5%	3	0,5%
20 a 24	39	6,3%	42	6,8%
25 a 29	28	4,5%	70	11,3%
30 a 34	41	6,6%	111	17,9%
35 a 39	47	7,6%	158	25,4%
40 a 44	50	8,1%	208	33,5%
45 a 49	59	9,5%	267	43,0%
50 a 54	72	11,6%	339	54,6%
55 a 59	100	16,1%	439	70,7%
60 a 64	79	12,7%	518	83,4%
65 a 69	30	4,8%	548	88,2%
70 a 74	27	4,3%	575	92,6%
75 a 79	13	2,1%	588	94,7%
80 ou mais	8	1,3%	596	96,0%
NA	25	4,0%	621	100,0%
Total	621	100,0%		

Fonte: CEPES. Elaboração própria.

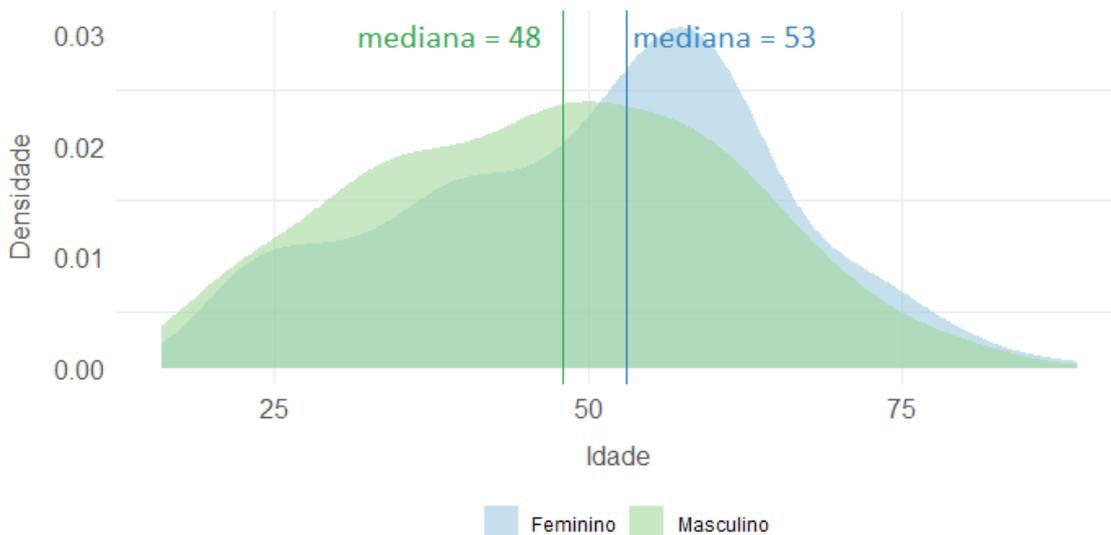
GRÁFICO 11 – Faixa Etária dos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019).



Fonte: CEPES. Elaboração própria.

Quanto às diferenças de idade entre sexo, observa-se no Gráfico 12, que a mediana de idade dos integrantes do sexo masculino é inferior à dos integrantes do sexo feminino. Também é possível observar que a distribuição das idades dos homens acontece de forma menos concentrada que a das mulheres, que tem alta concentração em torno dos 58 anos.

GRÁFICO 12 – Densidade dos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES, por sexo e idade (05/2016-09/2019).



Fonte: CEPES. Elaboração própria.

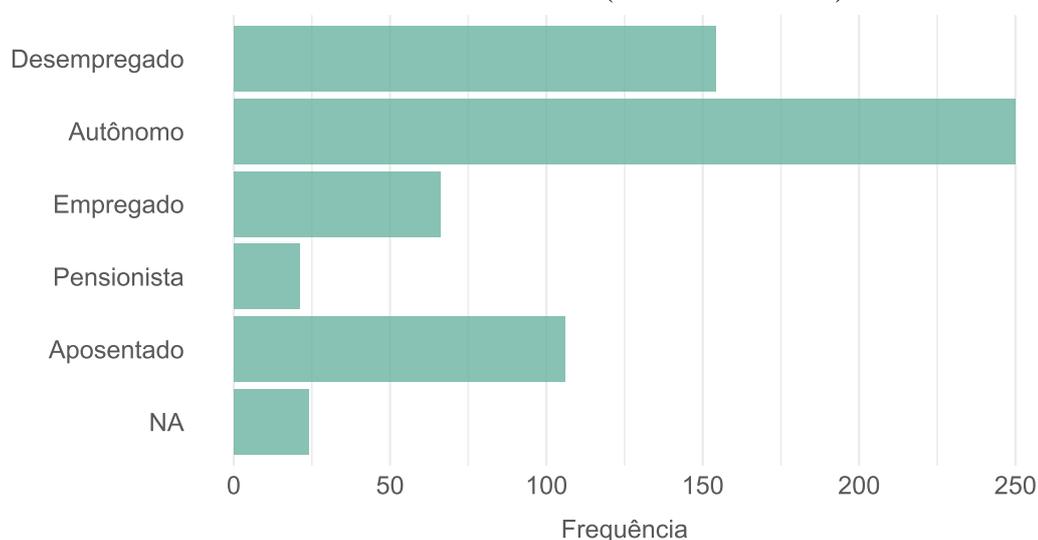
Quanto à ocupação dos integrantes no momento do cadastro, 40,3% dos empreendedores se declaram autônomos, e outros 24,8% afirmaram estar desempregados, conforme Tabela 6 e Gráfico 13. Somando os integrantes que se declararam desempregados, autônomos e empregados, chega-se ao percentual de 75,7% do total de integrantes, o que indica a existência do CEPES como uma importante e atrativa alternativa de geração de emprego e renda para as pessoas.

TABELA 6 – Situação ocupacional declarada pelos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019)

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %	Frequência absoluta acumulada	Frequência absoluta acumulada %
Desempregado	154	24,8%	154	24,8%
Autônomo	250	40,3%	404	65,1%
Empregado	66	10,6%	470	75,7%
Pensionista	21	3,4%	491	79,1%
Aposentado	106	17,1%	597	96,1%
NA	24	3,9%	621	100,0%
Total	621	100,0%		

Fonte: CEPES. Elaboração própria.

GRÁFICO 13 – Situação ocupacional declarada pelos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019)



Fonte: CEPES. Elaboração própria.

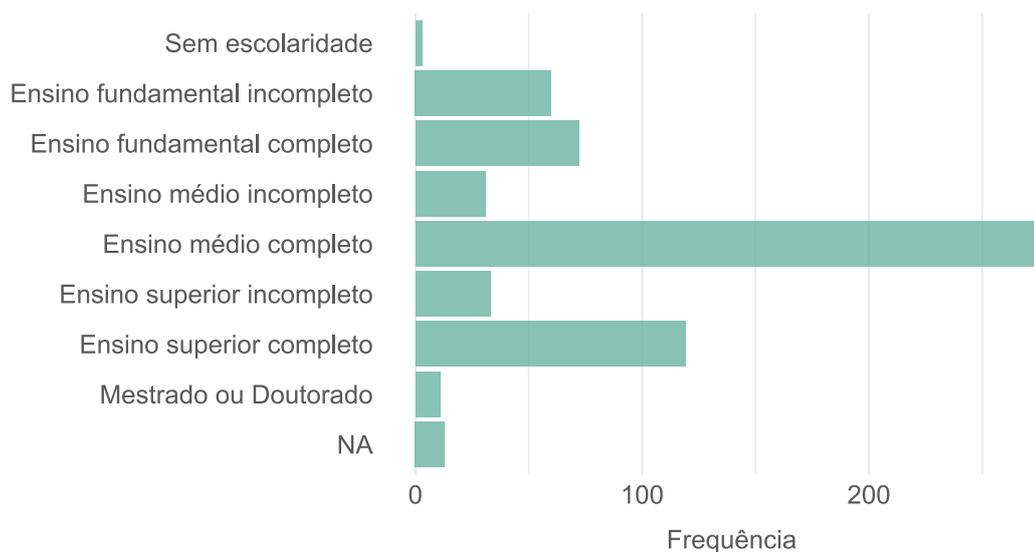
A tabela 6 e Gráfico 14 mostram que o grau de escolarização mais comum entre os cadastrados é o ensino médio completo, categoria que representa sozinha 44,5% dos cadastrados. Além disso, 71,7% dos cadastrados possuem escolarização igual ou inferior ao ensino médio completo. Chama a atenção o baixo número de empreendedores que declaram não ter nenhuma escolarização, representando menos de 1% do total.

TABELA 7 - Grau de Escolaridade dos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019)

GRAU DE ESCOLARIDADE	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %	Frequência absoluta acumulada	Frequência absoluta acumulada %
Sem escolaridade	3	0,5%	3	0,5%
Ensino fundamental incompleto	60	9,7%	63	10,1%
Ensino fundamental completo	72	11,6%	135	21,7%
Ensino médio incompleto	31	5,0%	166	26,7%
Ensino médio completo	279	44,9%	445	71,7%
Ensino superior incompleto	33	5,3%	478	77,0%
Ensino superior completo	119	19,2%	597	96,1%
Mestrado ou Doutorado	11	1,8%	608	97,9%
NA	13	2,1%	621	100,0%
Total	621	100,0%		

Fonte: CEPES. Elaboração própria.

GRÁFICO 14 - Grau de Escolaridade dos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019)



Fonte: CEPES. Elaboração própria.

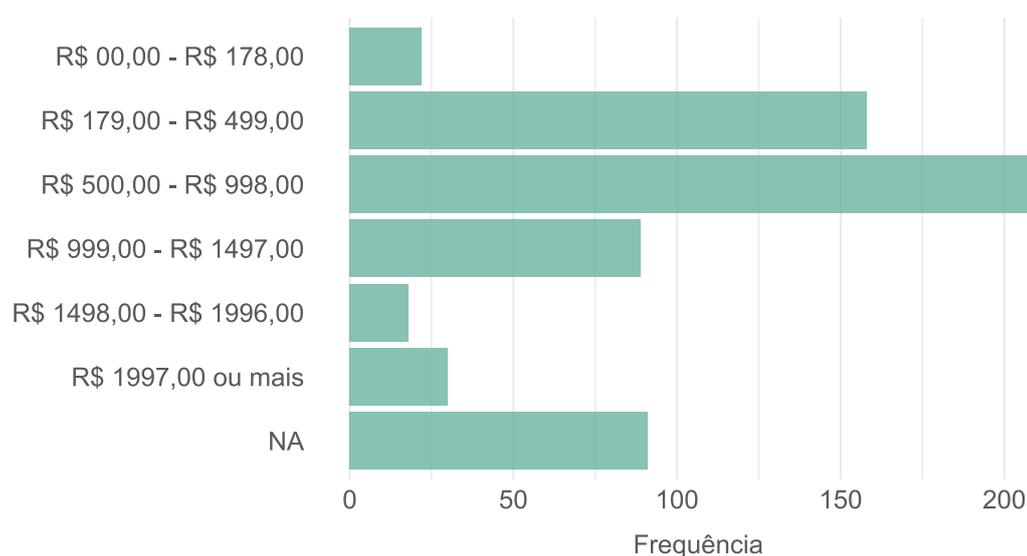
Como mostram a Tabela 7 e Gráfico 15, 63,3% dos empreendedores possuem renda mensal familiar *per capita* de até R\$ 998,00, sendo a média de R\$ 768,61. Chama a atenção o fato de 14,7% dos cadastrados não terem fornecido esta informação na ficha de inscrição, um percentual considerado alto em relação ao resultado de outras questões avaliadas, sobretudo por se tratar de uma pergunta de grande importância para o CEPES.

TABELA 8 – Renda mensal declarada pelos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019)

FAIXA DE RENDA	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %	Frequência absoluta acumulada	Frequência absoluta acumulada %
R\$ 00,00 - R\$ 178,00	22	3,5%	22	3,5%
R\$ 179,00 - R\$ 499,00	158	25,4%	180	29,0%
R\$ 500,00 - R\$ 998,00	213	34,3%	393	63,3%
R\$ 999,00 - R\$ 1497,00	89	14,3%	482	77,6%
R\$ 1498,00 - R\$ 1996,00	18	2,9%	500	80,5%
R\$ 1997,00 ou mais	30	4,8%	530	85,3%
NA	91	14,7%	621	100,0%
Total	621	100,0%		

Fonte: CEPES. Elaboração própria.

GRÁFICO 15 – Renda mensal declarada pelos empreendedores de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019)

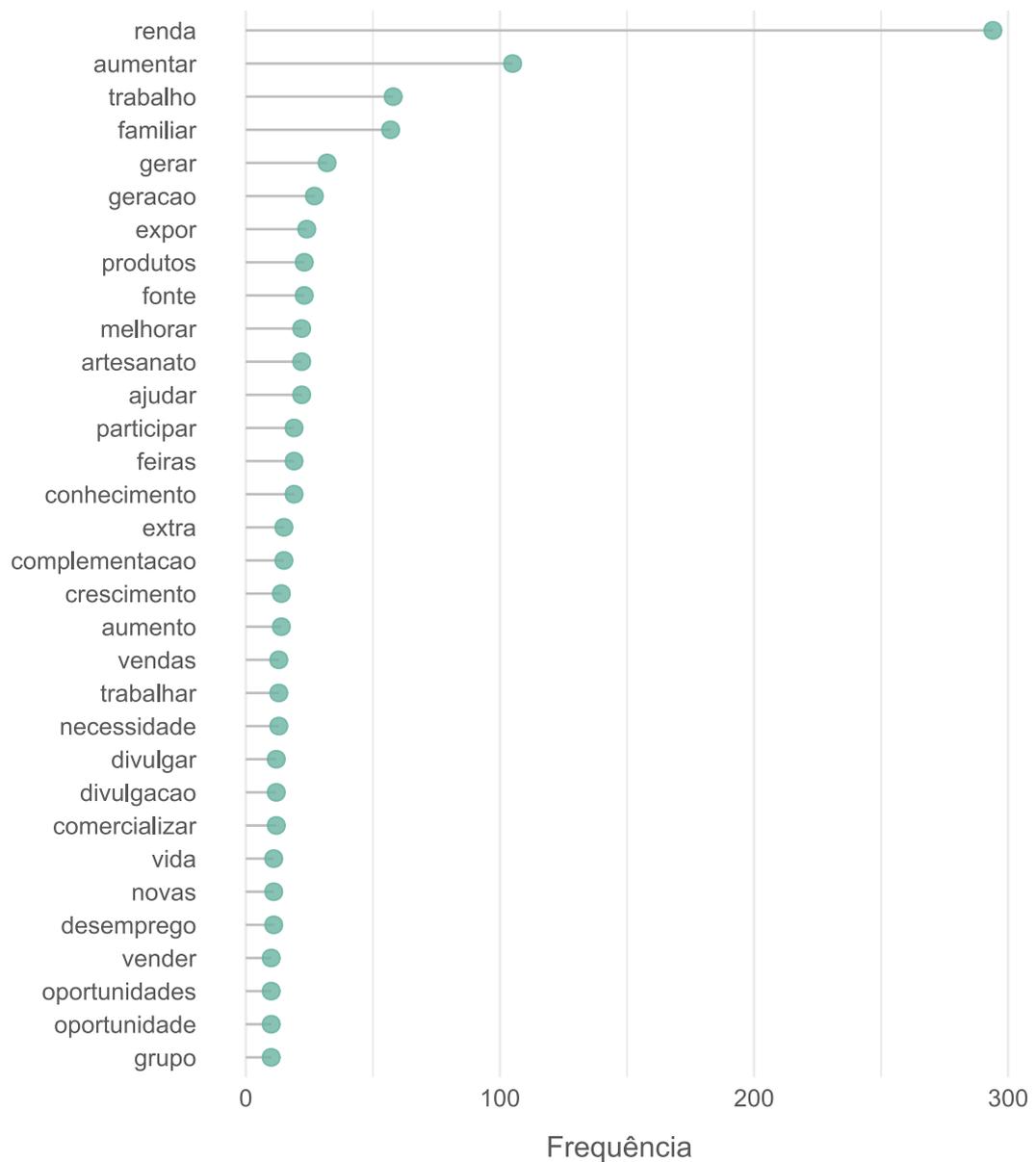


Fonte: CEPES. Elaboração própria.

O gráfico 16, mostra a frequência com que determinados termos foram usados nas respostas à pergunta aberta sobre a motivação para formação do grupo. O resultado evidencia a relevância das temáticas renda, trabalho e comercialização como grandes motivações. Cabe ressaltar que tais informações fazem referência ao momento de cadastro dos

empreendimentos do CEPES e que a maior parte dos grupos foram formados no mesmo ano em que foram cadastrados, logo, não é possível afirmar de forma alguma que os termos mais frequentes representam as motivações atuais dos integrantes cadastrados.

GRÁFICO 16 – Palavras mais frequentes sobre motivação para formação dos grupos de Economia Solidária cadastrados no CEPES (05/2016-09/2019)



Fonte: CEPES. Elaboração própria.

4.3.3. Síntese dos principais achados

Conforme os dados apresentados, os integrantes da economia solidária, em grande medida ingressaram no CEPES na expectativa de aumento da renda individual e/ ou familiar. Além disso, percebe-se que a maior parte desses empreendedores são do sexo feminino, encontram-se em situação de baixa renda e são também pessoas que, em geral, possuem uma escolaridade relativamente baixa e idade em torno de 53 anos.

De fato, além de as mulheres serem maioria nos grupos da Economia Solidária cadastrados, a atuação coletiva dos grupos é caracterizada pelo compartilhamento dos meios de produção e na distribuição equânime da renda, sugerindo essa nova vivência laboral para esse grupo social que, ainda hoje, enfrenta dilemas impostos por uma estrutura social baseada no patriarcalismo, na qual cabe aos homens o papel de provisão e de sustento, enquanto as mulheres são responsáveis pelos trabalhos domésticos e pelos cuidados, como apresentado por Draibe (2006), de maneira com que o segundo grupo fique mais enfraquecido no mercado de trabalho em comparação ao primeiro grupo.

Quanto à idade dos grupos, percebe-se que a maior parte foi criada no ano anterior ou no ano em que foram cadastrados no CEPES. Por fim, a intensificação do apoio na comercialização, bem como as atividades de qualificação e assistência técnica aos grupos, parecem ser os principais rumos que as ações da Política de Economia Solidária de Belo Horizonte devem tomar, levando em conta as principais necessidades apontadas nos cadastros.

5. MODELOS DE CADASTRO DE EMPREENDIMENTOS E DE EMPREENDEDORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os questionários empregados para o cadastramento dos empreendedores e dos empreendimentos são o principal instrumento de gestão e monitoramento utilizado pelo CEPES. Todas as informações disponíveis⁴ são coletadas a partir do preenchimento das respostas, realizado de forma única ao ingressar no centro. Durante a execução das análises dos dados, pudemos perceber que muitas das questões não obtiveram respostas que atendessem aos pedidos nos enunciados, o que denota a necessidade de reformulação. Ao mesmo tempo, questões de uma mesma temática estavam muito distantes umas das outras, causando confusão e provocando respostas provavelmente contrastantes. Importante considerar que não desconsideramos nem alteramos nenhuma das respostas dadas, ainda que não atendessem ao comando, durante a análise. Segundo as gestoras, elas mesmas já alteraram duas ou três vezes os questionários, mas não há justificativas muito evidentes e nem marcação temporal de quando isso tenha acontecido⁵.

5.1. Fichas cadastrais atualmente utilizadas

5.1.1. Cadastro do empreendimento

Originalmente o cadastro⁶ dos empreendimentos foi organizado em oito eixos. O primeiro eixo, chamado “Identificação do Empreendimento”, trata-se de um arranjo de questões abertas que incluem as seguintes categorias: (a) nome do grupo; (b) ano de criação; (c) CNPJ (se houver); (d) número total de integrantes; (e) endereço; (f) bairro; (g) cidade; (h) e-mail; (i) telefones; (g) pessoa para contato. Em seguida, o segundo eixo, chamado “Tipo de

⁴ Importante lembrarmos que as listas de presença nos Fóruns de Economia Solidária também são um instrumento utilizado para as gestoras do CEPES para conferirem a presença dos participantes dos grupos de Economia Solidária, como critério de verificação da situação dos grupos e situá-los como ativos ou inativos.

⁵ Não há conhecimento também, por parte das gestoras, e não consta nos dados oficiais da Prefeitura, de informações sobre origem do questionário nem sobre quem o estruturou originalmente. Sabe-se que há cadastros realizados desde 2010.

⁶ É possível visualizá-lo, bem como os demais modelos, nos Anexos ao final do trabalho.

Empreendimento”, abrange uma questão objetiva, cujas alternativas são: Grupo Informal ou Associação Registrada ou Cooperativa.

O terceiro eixo abrange a investigação do que é “Realizado de forma Coletiva” e são dispostas questões objetivas e discursivas, permitindo ao respondente marcar uma das opções e descrevê-la à frente. É importante destacar que esse é um comportamento esperado e intuitivo, visto que não há instruções que explicitem o comando. As opções dispostas incluem perguntas sobre: (a) produção; (b) aquisição de matéria-prima; (c) comercialização; (d) trocas de produtos ou serviços; (e) crédito ou poupança; (f) outros.

No quarto eixo encontramos perguntas objetivas sobre a “Organização, Gestão e Relações de trabalho” dos grupos. A primeira questiona se há local destinado à produção do grupo e, se sim, pede que seja explicitado de qual tipo (próprio, do grupo; alugado pelo grupo; cada um em sua casa; cedido por um dos integrantes do grupo; cedido por entidade de apoio; cedido pelo governo). Importante destacar que a resposta “cada um em sua casa” não é uma resposta possível, caso haja espaço destinado para a produção do grupo. A segunda pergunta questiona sobre a divisão da renda do grupo e se é dada igualmente pelos entes e distribuída conforme produção ou função.

O quinto eixo abrange uma série de perguntas sobre a “Produção”, num misto de questões abertas e fechadas. A primeira parte pergunta sobre a frequência de produção - se está atrelada ou não à demanda - e dispõe de um quadro a ser preenchido listando os quatro principais produtos, suas produções semanais e a quantidade de venda mensal. Em seguida, na próxima parte, é verificado se o grupo compra matéria-prima de algum empreendimento e, se sim, há espaço para que especifiquem de quais empreendimentos eles compram as matérias-primas. As partes subsequentes tratam de uma questão aberta e outra subjetiva, a partir de quais são os equipamentos utilizados, para a parte subjetiva, e uma listagem sobre a posse dos equipamentos, que permite respostas do tipo: (a) de um dos membros; (b) de cada um dos membros; (c) do conjunto dos membros; (d) da entidade que apoia o grupo; (e) outra. A última parte questiona a fonte dos recursos do grupo, de tal modo que se encaixem em: (a) recursos dos integrantes do grupo; (b) resultado da atividade do grupo (vendas); (c) repasse / doações de entidades e governo; (d) empréstimo de terceiros; (e) empréstimo de instituição financeira; (f) outro.

No sexto eixo, há perguntas sobre “Comercialização”. Primeiramente temos uma questão objetiva sobre o tipo de comercialização, na qual há espaço para a marcação de: (a) vendas

diretas ao consumidor; (b) vendas para lojas / atacadistas; (c) troca com outros empreendimentos; (d) consignação para lojas, ambulantes; (e) venda a órgão governamental; (f) venda através da internet. Depois, há outra questão no mesmo estilo questionando os principais espaços onde comercializa atualmente, havendo como respostas: (a) lojas de terceiros; (b) espaços próprios; (c) espaços coletivos; (d) entrega direta a clientes; (e) feiras públicas / privadas permanentes. qual (is); (f) feiras, mostras, exposições privadas, eventuais - e aqui há espaço para a descrição de qual (is); (g) outros.

O sétimo eixo abrange as “Principais necessidades do grupo” e demarca de maneira objetiva as possibilidades de: (a) assistência; (b) técnica; (c) gerencial; (d) jurídica; (e) qualificação; (f) profissional; (g) técnica; (h) gerencial. Na sequência, há questões abertas de três tipos. Novamente não há indicações para que tal atitude seja tomada, mas a intuição indica que, caso o grupo marque apoio para a comercialização, empréstimos e outros, o empreendedor deve preencher a linha subsequente explicitando. Por fim, no oitavo eixo, “Organizações Apoiadoras”, há duas questões principais. A primeira questiona se o grupo é apoiado por alguma organização e, caso marque sim, o empreendedor deve responder se é uma entidade ou um órgão público e explicitá-lo, deixando o contato e o programa/projeto a que está vinculado. A segunda questão também é derivada da primeira, e refere-se à forma esperada de apoio ao grupo, podendo ter como resposta: (a) empréstimo; (b) capacitação; (c) assessoria jurídica / gerencial; (d) outro.

5.1.2. Cadastro dos empreendedores

De maneira relativamente semelhante aos cadastros dos empreendimentos, o cadastro de empreendedores é dividido em sete eixos. No primeiro eixo, “Dados Pessoais”, há informações como nome completo, CPF, data de nascimento, sexo, RG, endereço completo, bairro, cidade, CEP, telefones para contato, e-mail. O segundo eixo corresponde aos “Dados Socioeconômicos”. Este é um dos pontos mais críticos do questionário. Por não ter instruções claras, um misto de perguntas abertas e fechadas e indicações distintas (linhas e espaços em branco), coloca bastante dificuldade na resposta às questões, conforme verificamos no tratamento dos dados.

Primeiramente, de maneira aberta, há uma pergunta sobre o grau de escolaridade. Depois, de maneira objetiva, há uma questão fechada perguntando se o empreendedor estuda atualmente e um pedido para que, em caso positivo, explicita qual curso. Uma série de questões abertas

perguntando “Qual sua maior experiência profissional”, “Cargo ocupado ou função desempenhada”, e “Quanto tempo?” aparecem logo em sequência. Há ainda mais uma pergunta sobre a situação ocupacional, com as possibilidades de resposta: (a) desempregado; (b) empregado; (c) autônomo; (d) aposentado; (e) pensionista. Por fim, resta uma pergunta aberta com a possibilidade de duas linhas de resposta, a partir dos cursos de qualificação⁷ ou capacitação que o integrante tenha feito.

A terceira parte do cadastro questiona os “Dados da Família”. Aqui todas as perguntas são feitas de forma aberta e incluem: (a) total de pessoas que moram no mesmo endereço; (b) quantas trabalham; (c) renda familiar no mês (em reais); (d) principal fonte de renda da família. A única questão fechada questiona se há alguém da família inscrito no CADÚnico, bolsa família ou outro programa e pede para que explicita qual programa. O quarto eixo, igualmente discursivo, engloba questões “Em relação ao Empreendimento”, e joga luz sobre: (a) motivo(s) para formar seu grupo(empresário); (b) função que desempenha atualmente, no grupo; (c) quanto tempo de trabalho dedica ao grupo, diariamente.

No quinto eixo, “Quanto à deficiência”, há duas perguntas. A primeira questiona se há alguma deficiência, e a segunda pede para que, caso tenha marcado sim, explicita se é visual, auditiva, física, mental ou múltipla. No sexto eixo, verificamos as “Características da Ocupação”. A primeira parte avalia as características de proteção social, e é representada por questões objetivas. A primeira pergunta se o integrante contribui de alguma forma para a Previdência Social. Em seguida é perguntado em que categoria: (a) autônomo; (b) empresário; (c) empregado; (d) microempresário; (e) individual. Depois é perguntado se o empresário recebe algum benefício da Previdência Social para que enfim justifiquem quais: (a) aposentadoria; (b) auxílio; (c) pensão; (d) salário família; (e) salário maternidade; (f) assist. social – BPC – LOAS. Por fim, o sétimo e último eixo, “Acesso aos Serviços Públicos Básicos”, pede-se para que sejam marcados os serviços públicos a que se tenha acesso: (a) saneamento básico – rede oficial de água e esgoto; (b) educação – escolas públicas; (c) saúde (postos, hospitais, upa); (d) transporte público; (e) limpeza urbana – coleta regular de lixo.

⁷ Em alguns questionários mais antigos ainda perguntam quais cursos o integrante teria interesse de fazer.

5.1.3. Considerações

De maneira sintética, encontramos alguns problemas na construção dos questionários e, por isso, entendemos a necessidade do tratamento dessa ferramenta que é muito utilizada na gestão das ações. Os questionários possuem uma característica muito interessante ao mesmo tempo, são instrumentos de coleta e de armazenamento de dados, mas a forma como que a pergunta é endereçada pode transformar completamente o contexto e alterar as respostas. Inclusive a ordem das perguntas impacta as respostas, considerando que essa ordem pode romper com o raciocínio lógico e a continuidade do pensamento. Os pontos mais críticos dos cadastros vigentes são os seguintes:

- Não há instruções muito claras para elaboração das respostas;
- A extensa utilização de questões abertas e discursivas aumenta a disparidade das respostas, perdendo o eixo de comparabilidade proposto pela própria estruturação das perguntas;
- A organização em eixos é uma boa estratégia a ser utilizada, mas é preciso maior cuidado no que se refere às questões que atravessam mais de um eixo.

Entraremos em maior detalhe sobre o tratamento desses problemas na próxima seção. Lembramos ainda que este é um ensaio preliminar, visto que nosso principal foco era a entrega do perfil dos empreendimentos e dos empreendedores, e esta atividade de reformulação do questionário surgiu justamente a partir dos achados e dos levantamentos realizados.

5.2. Modelo proposto

A principal estratégia utilizada no processo de elaboração de novos cadastros foi a criação de pontos comparáveis entre os eixos existentes no questionário para empreendimentos e empreendedores. Além disso, buscamos reduzir ao máximo as questões abertas, para que pudessemos criar mais pontos comparáveis entre as respostas. Finalmente, tentamos ainda propor uma organização em eixos que pudesse apresentar uma corrente lógica mais consistente, que desse progressão ao raciocínio. Para isso, criamos enunciados mais robustos e explicativos. Entendemos ainda que, mesmo com a disponibilidade de um Telecentro, os registros continuariam a ser feitos em papel e, por isso, optamos pelos enunciados, já que não

poderíamos contar com as ferramentas como o botão de seleção e a caixa de seleção do Google Forms para orientação.

Lembramos ainda que, mesmo que o CEPES opte pela utilização dos cadastramentos em vias físicas e preenchidos à mão, é necessário o contínuo fomento do banco de dados construído no âmbito deste trabalho, através da digitação das respostas nos questionários disponíveis. Assim além de dar ao acervo mais uma possibilidade de armazenamento e resgate das informações, complementando as fichas físicas, o cruzamento de dados e as análises, e até mesmo a própria consulta à informação, podem ser facilitadas e atualizadas com uma menor necessidade de esforços e maior velocidade.

5.2.1. Proposta de cadastro dos empreendimentos

FIGURA 03 - Eixo 1: Dados Gerais

	PROJETO MUNICIPAL DE GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA	Data do Cadastro / /
	FICHA DE CADASTRO DO EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO	Data do Desligamento / /
SEGMENTO DO EMPREENDIMENTO (USO DA GERÊNCIA): _____		

01. DADOS GERAIS

Nome do Grupo: _____

Tipo do Empreendimento: () Grupo Informal ou () Associação Registrada ou () Cooperativa

Ano de Criação: _____ CNPJ (se houver): _____ Número de Integrantes: _____

Pessoa para contato: _____ E-mail: _____

Fones: _____

O empreendimento possui um local de funcionamento? () Sim ou () Não

Se sim, de qual tipo?

() Próprio, do grupo ou () Cedido pelo governo ou

() Alugado pelo grupo ou () Cedido por outro: _____ ou

() Cedido por um dos integrantes ou () Outro: _____

**ATENÇÃO: A PARTIR DAQUI RESPONDER CONFORME DADOS DE PESSOA INDICADA PARA CONTATO, CASO A RESPOSTA DA QUESTÃO ANTERIOR SEJA NÃO.*

Endereço: _____ Bairro: _____

Cidade: _____

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro eixo concentra a maior parte das questões abertas, justamente por abranger informações mais sensíveis, que invariavelmente serão diferentes entre os empreendimentos. Visualizamos ainda a junção do questionamento sobre as condições do local de funcionamento e do endereço solicitado, de maneira a retirar as ambiguidades das respostas

e conduzir a uma produção mais restrita dos dados. Embora a questão número de integrantes possa ser suprimida, no sentido de tratamento dos dados, pois podemos cruzar essas fichas com as fichas dos integrantes, para efeitos práticos parece fazer maior sentido mantê-la aqui, pois há restrição do número mínimo de integrantes para composição e registro do grupo.

FIGURA 04 - Eixo 2: Gestão e Organização

02. GESTÃO E ORGANIZAÇÃO

2.1. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O grupo compra matéria-prima de algum empreendimento? Sim ou Não

Se sim, de qual? _____

O grupo solicita crédito ou possui poupança? Sim ou Não

2.2. PRODUÇÃO

O grupo produz... mesmo se não houver encomendas ou apenas por encomenda

De onde vem os recursos para financiar a Produção

Recursos dos integrantes do grupo ou Empréstimo: _____ ou

Repasse / doações de entidades e Outro: _____

governo: _____ ou

Quais os equipamentos, máquinas e ferramentas que são utilizados na produção?

De quem é a propriedade dos equipamentos, máquinas e ferramentas utilizadas na produção:

de um dos membros ou

de cada um dos membros ou

do conjunto dos membros ou

da entidade que apoia o grupo ou

outra _____

***ATENÇÃO: PREENCHA O QUADRO A PARTIR DE UMA ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO X VENDA**

Principais produtos	1-	2-	3-	4-
Produção mensal (Quantidade)				
Venda mensal (quantidade)				

Fonte: Elaboração própria.

Aqui, centram-se as questões sobre formas de produção. Nota-se que é retirada a pergunta do que o grupo faz em coletivo, visto que se é esperado que as atividades sejam compartilhadas dentro de um mesmo empreendimento. Nesse sentido, substituímos a pergunta por uma que incide apenas sobre as atividades que não se relacionam à produção

direta. Alguns artifícios são utilizados para melhor direcionamento das perguntas. O primeiro deles é o uso de conectivos como “e” e “ou”, para reforçar a ideia de que pode marcar uma alternativa ou mais. Esse exercício recebe mais foco ainda quando lemos os asteriscos com as especificações cabíveis.

FIGURA 05 - Eixo 3: Comercialização

03. COMERCIALIZAÇÃO

3.1. TIPOS DE COMERCIALIZAÇÃO

*ATENÇÃO: PODE HAVER MAIS DE UMA RESPOSTA

- Vendas diretas ao consumidor e
- Vendas para lojas / atacadistas e
- Troca com outros empreendimentos e
- Consignação para lojas, ambulantes e
- Venda a órgão governamental e
- Venda através da Internet

3.2. PRINCIPAIS ESPAÇOS

*ATENÇÃO: PODE HAVER MAIS DE UMA RESPOSTA

- Lojas de terceiros e
- Espaços próprios e
- Espaços coletivos e
- Entrega direta aos clientes e
- Feiras Públicas / Privadas permanentes. Qual (is): _____ e
- Feiras, mostras, exposições Privadas, eventuais. Qual (is): _____ e
- Outros: _____

3.3. DIVISÃO DE RENDA DO GRUPO

*ATENÇÃO: APENAS UMA RESPOSTA

- Igualmente para todos, de acordo com a produção de cada integrante ou
- De acordo com a função de cada integrante ou
- De acordo com o tempo que cada integrante passa trabalhando para o grupo.

Fonte: Elaboração própria.

No penúltimo eixo, localizam-se perguntas essencialmente objetivas acerca da comercialização. Entendemos que esse é um eixo muito importante visto que o principal retorno oferecido pelo CEPES caminha para o direcionamento dos interessados às feiras. Novamente os conectivos e os asteriscos conduzem às respostas.

O último eixo, representado em seguida, apresenta as informações a partir dos apoios dados aos grupos. Além de permitir a visualização de outras entidades que possam estar fomentando a existência dos grupos, ainda abre espaço ao reconhecimento do que os grupos julgam como necessário para apoio e complementação, podendo também estar norteando as atividades de formação, os cursos a serem oferecidos e os temas dos fóruns.

FIGURA 06 - Eixo 4: Apoio

04. APOIO

4.1. PRINCIPAIS NECESSIDADES DO GRUPO

*ATENÇÃO: PODE HAVER MAIS DE UMA RESPOSTA

Assistência: () Sim ou () Não

Se sim, de que tipo? () Técnica e () Gerencial e () Jurídica

Qualificação: () Sim ou () Não

Se sim, de que tipo? () Profissional e () Técnica e () Gerencial

Apoio para comercialização: () Sim ou () Não

Se sim, de que tipo? () Espaço para produção e () Material e () Meio de produção

e () Espaços para comercialização e () Aulas para produção e

() Outros: _____

4.2. ORGANIZAÇÕES

*ATENÇÃO: APENAS UMA RESPOSTA

O grupo é apoiado por alguma organização? () Sim ou () Não

Se sim, qual? _____

É uma organização: () Pública ou () Privada

Nome: _____ Contato: _____

Programa / Projeto a que o grupo está vinculado: _____

De que forma a organização ajuda o grupo?

*ATENÇÃO: PODE HAVER MAIS DE UMA RESPOSTA

() empréstimo e () capacitação e () assessoria jurídica / gerencial e

() Outro _____

Fonte: Elaboração própria.

5.2.2. Proposta de cadastro dos empreendedores

A proposta para o cadastramento dos empreendedores parte da mesma lógica do cadastro dos empreendimentos, no sentido de redução do número de eixos estruturantes e de perguntas abertas. Utilizam-se também os conectivos e os asteriscos como norteadores das respostas. Foi organizado em dois grandes eixos. O primeiro compreende as questões de dados gerais; o segundo observa os fatores motivadores para inclusão nos grupos e empreendimentos e as características de trabalho. A estratégia utilizada aqui inclui também a transformação das perguntas abertas em questões fechadas. Observa-se ainda a inclusão do campo para o nome social do empreendedor, visto que o Decreto Municipal 16.533/2016 prevê a inclusão do nome social no serviço público.

FIGURA 7- Eixo 1: Dados Gerais

	FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE EMPREENDEDOR ECONÔMICO SOLIDÁRIO	Foto
	NOME DO EMPREENDIMENTO (GRUPO), do qual participa: _____ _____ Data Inclusão: ____/____/____ Data Rescisão: ____/____/____	

01. DADOS GERAIS

1.1. INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome Completo: _____
 Nome Social (se houver): _____
 CPF: _____ Data de Nascimento: ____/____/____ RG: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____
 Telefones para contato: _____
 Email: _____

*ATENÇÃO: **APENAS UMA RESPOSTA**

Sexo: () Masculino ou () Feminino ou () NA
 Possui deficiência: () Sim ou () Não
 Se sim, qual? () Visual ou () Auditiva ou () Física ou ()
 Mental ou () Múltipla: _____

1.2. ESCOLARIDADE

Grau de Escolaridade: () Fundamental incompleta ou () Fundamental completa ou
 () Médio incompleto ou () Médio completo ou () Superior incompleto ou () Superior
 completo ou () Pós Graduação completa ou () Pós Graduação incompleta
 Estuda Atualmente: () Sim ou () Não
 Se sim, em qual modalidade? () Ensino Fundamental ou () Ensino
 Médio ou () Escola de Jovens e Adultos ou () Graduação (indicar
 curso): _____ ou
 () Pós Graduação (indicar tipo): _____
 Quais cursos de capacitação já fez? _____

1.3. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

Situação Ocupacional: () Desempregado ou () Empregado ou () Autônomo ou
 () Aposentado ou () Pensionista
 Já teve experiência profissional: () Sim ou () Não
 Se sim, sobre a experiência profissional de maior duração,
 qual foi o cargo ocupado ou função desempenhada?

 Por quanto tempo? () Menos de 5 anos ou () Entre 6 e 10 anos
ou () Entre 11 e 15 anos ou () Mais de 15 anos

1.4. PROTEÇÃO SOCIAL

Contribui de alguma forma para a Previdência Social: () Sim ou () Não
 Se sim, em qual categoria: () Autônomo ou () Empresário
 () Empregado ou () Microempreendedor Individual
 Recebe algum benefício da Previdência Social: () Sim ou () Não
 Se sim, qual(is): () Aposentadoria e () Auxílio e
 () Pensão e () Salário Família e () Salário Maternidade
e () Assist. Social – BPC – LOAS

1.5. FAMÍLIA

Total de pessoas que moram no mesmo endereço: () 1 ou () 2 ou () 3 ou () 4 ou () 5 ou
 () 6 ou () 7 ou mais
 Quantas trabalham: () 1 ou () 2 ou () 3 ou () 4 ou () 5 ou () 6 ou () 7 ou mais
 Renda familiar no mês, em salários mínimos: () 1 a 3 ou () 4 a 6 ou () 7 a 9 ou
 () Acima de 9
 Principal fonte de renda da família: () Vendas (Empreendimento) ou () Emprego de algum e
 mais membro(s) ou () Benefício Previdência Social ou () Outro: _____
 Alguém da família inscrito no CADÚnico, bolsa família ou outro programa: () Sim ou () Não
 Se sim, em qual(is)? () CADÚnico e () Bolsa Família e
 () Outro: _____

1.6. ACESSO AOS SERVIÇOS BÁSICOS

*ATENÇÃO: **PODE HAVER MAIS DE UMA RESPOSTA**

Serviços básicos que possui acesso:
 () Saneamento Básico – rede oficial de água e esgoto e
 () Educação – escolas públicas e
 () Saúde (Postos, Hospitais, UPA) e
 () Transporte Público e
 () Limpeza urbana – coleta regular de lixo

Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 8- Eixo 2: Empreendimento

02. EMPREENDIMENTO

Motivos para participar do grupo/empreendimento: _____

*ATENÇÃO: PODE HAVER **MAIS DE UMA** RESPOSTA

Função(ões) que desempenha no grupo: () Produtor () Administrador
() Tesoureiro () Vendedor () Outro: _____

*ATENÇÃO: **APENAS UMA** RESPOSTA

Tempo de dedicação semanal: () Até 3 horas ou () De 4 até 6 horas ou () De 7 até 10 horas ou () De 11 até 15 horas ou () Mais de 15 horas

<p>Ciente / De acordo em/...../.....</p> <p>.....</p> <p>Assinatura do Integrante</p>

(Anexar cópia da Carteira de Identidade, CPF, comprovante de residência, Carteira de Trabalho e 01 foto)

Fonte: Elaboração própria.

5.2.3. Considerações

Como delineado, as proposições possuem um caráter inicial e se dão muito mais pela reestruturação dos cadastros atualmente utilizados do que pelo desvelamento de um novo formato. Entendemos que muitas das perguntas poderiam ser substituídas ou reformuladas, mas, para tanto, precisaríamos despender mais tempo nas análises investigativas de elaboração.

6. CONCLUSÃO

Há muito ainda a ser produzido no que se refere às políticas públicas de Economia Solidária. De maneira geral, vemos uma tendência maior de concentração desses avanços quando alocados em governos mais progressistas e à esquerda, justamente por confrontarem as bases tradicionais e de legitimidade dos espaços entre Estado, mercado e sociedade, que deixaram parcelas da sociedade marginalizadas, permitindo o desenvolvimento de alternativas de sustento e promoção social e pessoal, como o investimento na Economia Solidária.

No que se refere ao CEPES, acreditamos que há uma enorme potencialidade de crescimento e desenvolvimento de uma Rede de Economia Solidária de caráter metropolitano. Ainda que ultrapasse as barreiras originais da proposta, como mostraram os dados, muitos dos empreendedores residem nas vizinhanças da capital, mesmo com as dificuldades técnicas e de repasses.

Esperamos que este estudo possa se mostrar válido, à medida que exponha e jogue luz aos traços mais evidentes dos perfis dos empreendimentos e dos empreendedores da Economia Solidária, podendo auxiliar na promoção de melhorias e execução de práticas de gestão e acompanhamento.

Além disso, como visualizamos nas primeiras elucidações teóricas desse trabalho, desde o princípio, a Economia Solidária no Brasil esteve associada à produção acadêmica e à investigação das matrizes argumentativas que sustentam o desenvolvimento da prática, inclusive aquelas de caráter social que convergem ao surgimento dos movimentos sociais. Por isso, há uma expectativa ainda que esse trabalho se junte aos muitos outros que caminham nesse sentido, na perspectiva de que a Economia Solidária possa ser difundida e fortalecida, recebendo maior atenção dos governantes e que o debate possa trazer melhor desenvolvimento à área.

7. REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; BÜLOW. M.V. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, 13(28):52-84. 2011.
- ALVES, E. L.; DINIZ, S. C. ; FERNANDES, B. S. . O PDDI-RMBH e as possibilidades de um desenvolvimento endógeno desencadeado pela economia popular mineira. In: XVIII Encontro Nacional da ANPUR, 2019, Natal, RN. Anais do XVIII ENANPUR, 2019.
- ARAGÃO, L. G. T. *Ideias, Interesses e Instituições na formação de agendas de políticas públicas: o caso do programa de Economia Solidária*. Tese em Política Social. Doutorado em Política Social da Universidade Federal de Brasília. Brasília, Distrito Federal. 2011.
- COSTA, B. A. L. A incorporação da economia solidária na agenda da política pública de trabalho e emprego em Minas Gerais, Brasil. *Otra Economía*,6(10):68-78, enero-junio 2012.
- DINIZ, S. C.; MONTE MÓR, R. L. M. A Pequena Produção Popular e Solidária como Instrumento de Fortalecimento e Reorganização Metropolitana: a visão do PDDI-RMBH. In: XV Seminário sobre a Economia Mineira, 2012, Diamantina. XV Seminário sobre a Economia Mineira, 2012.
- DRAIBE, S. M. Estado de Bem-Estar social, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. Públicas no Brasil. Rio de Janeiro, ed. *Fiocruz*, 2006.
- DINIZ, S. C. ROCHA, V. Panorama da economia solidária no estado de Minas Gerais. *MERCADO DE TRABALHO (RIO DE JANEIRO. 1996)*, v. 66, p. 1-12, 2019.
- FRANÇA FILHO, G. C. Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J-P. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: *Editora da UFRGS*, 2006. p. 259-268.
- GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista, 2002.
- IPEA. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa, 2016.

KINGDON, J. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 3. Ed. New York: Harper Collins, 2003.

SCHMITT, C. J.; TYGEL, D. Agroecologia e economia solidária: trajetórias, influências e desafios. In: PETERSEN, Paulo. *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. PETERSEN, P. F. (Org.). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p.105-127.

SILVA, S. P. A Política de Economia Solidária no Ciclo Orçamentário Nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma. IPEA: Texto para Discussão n° 2.434, 2018.

SINGER, P. I. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003. p.11-30.

8. ANEXOS

8.1. Modelo de Cadastro Utilizado

	PROJETO MUNICIPAL DE GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA	Data do Cadastro / /
	FICHA DE CADASTRO DO <u>EMPREENDIMENTO</u> SOLIDÁRIO	Data do Desligamento / /

SEGMENTO DO EMPREENDIMENTO - **(PARA USO DA GERÊNCIA):**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nome _____ do _____ **GRUPO:**

Ano de Criação: _____ CNPJ (se houver): _____ Número Total de

Integrantes: ____

Endereço: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ E-mail: _____

Fones: _____ Pessoa para contato: _____

2 - TIPO DE EMPREENDIMENTO:

- () Grupo Informal
- () Associação Registrada
- () Cooperativa

3 - O QUE É REALIZADO DE FORMA COLETIVA PELOS INTEGRANTES DO EMPREENDIMENTO:

() _____) Produção

() _____) Aquisição de Matéria-prima

: _____

() _____) Comercialização:

() _____) Trocas de produtos ou serviços:

() Crédito ou Poupança () _____) Outros:

4 - SOBRE A ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO DO GRUPO

4.1. O empreendimento possui um local de funcionamento? () Sim () Não

Se Sim, marque abaixo, qual tipo:

- | | |
|-------------------------|--|
| () Próprio, do grupo | () Cedido por um dos integrantes do grupo |
| () Alugado pelo grupo | () Cedido por entidade de apoio |
| () Cada um em sua casa | () Cedido pelo governo |

4.2. Como é dividida a renda do grupo:

- () É dividida igualmente para todos, de acordo com a produção de cada integrante.
() É dividida de acordo com a função de cada integrante.
() É dividido de acordo com o tempo que cada integrante passa trabalhando para o grupo.

5 - NO CASO DE PRODUÇÃO

5.1. Tipo de Produção do grupo: () produz, mesmo se não houver encomendas
() apenas por encomenda

4 Principais produtos	1-	2-	3-	4-
Produção por semana				
Venda mensal (quantidade)				

5.2. Compra matérias-primas de algum empreendimento (Grupo)? Não

Sim.

Se Sim, de qual(is) empreendimento(s)? _____

5.3. Quais os equipamentos, máquinas e ferramentas que são utilizados na produção?

5.4. De quem é a propriedade dos equipamentos, máquinas e ferramentas utilizadas na produção:

de um dos membros

de cada um dos membros

do conjunto dos membros

da entidade que apoia o grupo

Outra

5.5. De onde vem os recursos para financiar a Produção

Recursos dos integrantes do grupo

Empréstimo de terceiros

Resultado da atividade do grupo (vendas)

Empréstimo de instituição financeira.

Repasse / doações de entidades e governo

Outro: _____

6 - NO CASO DE COMERCIALIZAÇÃO

6.1. Tipo de comercialização:

Vendas diretas ao consumidor

Consignação para lojas, ambulantes

Vendas para lojas / atacadistas

Venda a órgão governamental

Troca com outros empreendimentos

Venda através da Internet

6.2. Principais espaços onde comercializa atualmente:

Lojas de terceiros Espaços próprios Espaços coletivos Entrega direta a clientes

Feiras Públicas / Privadas permanentes. Qual (is):

Feiras, mostras, exposições Privadas, eventuais. Qual (is):

Outros: _____

7 - PRINCIPAIS NECESSIDADES DO GRUPO

Assistência: Técnica Gerencial Jurídica

Qualificação: Profissional Técnica Gerencial

Apoio para comercialização: de que tipo?

Empréstimos de:

Outros:

8 - ORGANIZAÇÕES APOIADORAS

8.1. É apoiado por alguma organização? Não Sim:

Se respondeu **Sim**, qual tipo?

Entidade Órgão Público

Nome: _____ Contato:

Programa / Projeto a que o grupo está vinculado:

8.2. De que forma a organização ajuda o grupo?

empréstimo capacitação assessoria jurídica / gerencial

Outro

Responsáveis pelas informações (assinaturas):

8.2. Modelo de Cadastro Utilizado

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE INTEGRANTE DE EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO	
NOME DO EMPREENDIMENTO (GRUPO), do qual participa: Data Inclusão:/...../.....	Foto

1. Dados Pessoais:

Nome Completo: _____

CPF: _____

Data de Nascimento: _____ Sexo: _____

RG: _____

Endereço _____ Completo: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

Telefones para
contato: _____

Email: _____

2. Dados Sócioeconômicos:

▪ Grau _____ de _____ Escolaridade: _____

Estuda atualmente: () Não () Sim. Qual
curso?: _____

▪ Qual sua maior Experiência profissional:
Cargo ocupado ou função desempenhada: _____ Quanto tempo?

▪ Situação Ocupacional: () Desempregado () Empregado () Autônomo () Aposentado () Pensionista

▪ Cursos de Qualificação ou Capacitação que já fez?

- 1-
- 2-

3. Dados da Família:

Total de pessoas que moram no mesmo endereço: _____ Quantas trabalham: _____

Renda familiar* no mês R\$ _____ Principal fonte de renda da família: _____

Tem alguém da família inscrito no CADÚnico, bolsa família ou outro programa? () Sim () Não

Em qual destes programas?

* faixas salariais (até 1 salário mínimo; 1 a 3; 4 a 6; 7 a 9; acima de 9) – base questionário socioeconômico INPEP

4. Em relação ao Empreendimento:

- Motivo(s) para formar seu grupo(empresendimento):

.....

- Função que desempenha atualmente, no grupo: 1.

2.

Quanto tempo de trabalho você dedica ao grupo, diariamente ?

5- Quanto à deficiência:

- Possui alguma deficiência? () Não () Sim.

- Se respondeu Sim, qual tipo de deficiência?

() Visual () Auditiva () Física () Mental () Múltipla

6- Características da Ocupação:

6.1. PROTEÇÃO SOCIAL:

- Contribui de alguma forma para a Previdência Social? () Sim () Não

- Em que categoria?

() Autônomo () Empresário

() Empregado () Microempreendedor Individual

- Recebe algum benefício da Previdência Social? () Não () Sim.
- Qual destes abaixo?

() Aposentadoria	() Auxílio	() Pensão
() Salário Família – LOAS	() Salário Maternidade	() Assist. Social – BPC

7. Acesso aos Serviços Públicos Básicos:

- Quais serviços públicos você tem acesso em sua residência?
 - () Saneamento Básico – rede oficial de água e esgoto
 - () Educação – escolas públicas
 - () Saúde (Postos, Hospitais, UPA)
 - () Transporte Público
 - () Limpeza urbana – coleta regular de lixo

Ciente / De acordo em/...../.....

.....
Assinatura do Integrante

(Anexar cópia da Carteira de Identidade, CPF, comprovante de residência, Carteira de Trabalho e 01 foto)